



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4<sup>th</sup> MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 33 - Nº 643 - DE 25 DE JULHO A 8 DE AGOSTO DE 2021 - R\$ 4,00

## Às manifestações de 24 de julho

# Carta de reivindicações contra a pobreza, miséria e fome

### LUTEMOS POR:

- 1 **Abertura imediata de empregos, reduzindo a jornada de trabalho sem reduzir os salários. E estabilidade no emprego;**
- 2 **Readmissão de todos os demitidos durante a Pandemia;**
- 3 **Estatização das fábricas fechadas, readmissão de todos os demitidos e controle operário da produção;**
- 4 **Recuperação das perdas e aumento real dos salários, com escala móvel de reajuste;**
- 5 **Salário mínimo vital;**
- 6 **Fim de todas as medidas emergenciais do governo e do Congresso Nacional, que reduziram os salários, suspenderam contratos e eliminaram direitos trabalhistas;**
- 7 **Auxílio emergencial de acordo com o salário mínimo calculado pelo Dieese, para uma família de 4 pessoas;**
- 8 **Fim dos despejos e pela construção imediata de moradias populares;**
- 9 **Aceleração da vacinação nos bairros pobres, cortiços e favelas**

**Lutemos contra a diretriz política que subordina o combate à fome e a defesa das reivindicações dos explorados à estratégia de trocar um governo burguês por outro**

**Lutemos no campo da independência de classe e com a estratégia revolucionária do proletariado**

### CAMPANHA DO POR

## 81 anos do assassinato de Leon Trotsky

(20 de agosto de 1940 - 20 de agosto de 2021)

**Nossa tarefa: reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional**



## **Não subordinar as reivindicações dos explorados à estratégia do Fora Bolsonaro e Impeachment**

*Somente sob a estratégia de poder da classe operária, é possível combater a miséria e a fome*

Neste dia 24, milhares de trabalhadores e jovens voltam às ruas. Mantêm viva a mobilização que se iniciou em 29 de maio. É o quarto protesto contra o governo Bolsonaro, reconhecidamente, como o principal responsável pela catástrofe causada pela Pandemia. Até mesmo uma fração da burguesia e de seus partidos, passou a qualificá-lo de genocida ou criminoso. Assim ocorreu no momento em que setores da burguesia viram que o bolsonarismo naufragava. Trata-se de uma virada oposicionista, destinada a resolver a crise de governabilidade.

Distintamente, o PT, aliados partidários e boa parte das direções sindicais e dos movimentos populares, já haviam levantado a bandeira do Fora Bolsonaro, que ora se erguia, ora se abaixava, a depender dos ventos da crise política. Essa fórmula propagandística de oposição podia ser preenchida com o impeachment ou eleições presidenciais, também a depender do curso de desintegração do governo Bolsonaro. Como se pode constatar, agora mais nitidamente, trata-se de uma movimentação das forças partidárias, no terreno da política burguesa, anti-bolsonaristas e bolsonaristas.

Os explorados foram crescentemente reconhecendo que esse governo, de fato, era responsável pelo flagelo da Pandemia. Instintivamente, cresceu o ódio entre as massas ao “genocida”. O descontentamento que se generalizou, porém, tem sido canalizado para a bandeira do impeachment, uma vez que as eleições ainda estão distantes. Se Bolsonaro tiver força para barrar, na Câmara dos Deputados, a abertura do processo, mesmo assim, comparecerá nas eleições como um condenado. A candidatura de Lula se afirmou como o maior polo eleitoral oposicionista. O que se tornou um grave problema para a fração burguesa e partidária de centro-direita, encabeçada pelo PSDB.

As massas que vão às ruas estão condicionadas por essa disputa interburguesa, que antecipa a corrida eleitoral. Mas os motivos que as têm posto em movimento são as difíceis condições materiais de existência – desemprego, perda salarial, quebra de direitos trabalhistas, avanço da terceirização e do subemprego.

No horizonte, estão a miséria e a fome endêmicas, que mantêm milhões de brasileiros, ao longo de toda sua vida, na dependência de quirelas assistenciais, que caem da mesa da rica burguesia. Essas são as causas mais visíveis da instabilidade política – também estrutural – e da necessidade dos explorados de ganharem as ruas.

É obrigatório ainda ir às causas menos visíveis. Ou seja, a tendência geral do capitalismo em desintegrar as forças produtivas altamente desenvolvidas, e que já não cabem no marco da propriedade privada dos meios de produção, amplamente concentrada e monopolizada. Ao invés da gigantesca riqueza acumulada, e da potencialidade produtiva alcançada, permitirem diminuir a exploração do trabalho e resolver o problema

da pobreza, miséria e fome, bem como o do atraso econômico das semicolônias, os intensificam ainda mais.

A Pandemia pôs à vista as contradições de fundo que se encontram na base econômica mundial, responsáveis pela conservação e avanço da miséria e fome das massas. As particularidades da crise no Brasil, agravada pela política do governo Bolsonaro, são refrações do que se passa em escala mundial. Nem no Brasil, nem em lugar algum do mundo, haverá governo capaz de reverter as tendências de desintegração das forças produtivas, das quais faz parte a força de trabalho. O reformismo tudo faz para ludibriar os explorados, acenando com um novo governo, e uma política voltada ao crescimento, à abertura de postos de trabalho e à distribuição de renda. Sendo assim, se iria diminuindo a “desigualdade social”, e equacionando a chaga da fome. Essa é a promessa feita pela direção política e sindical da “Campanha do Fora Bolsonaro”.

O instinto de revolta leva as massas a combater Bolsonaro nas ruas, e a direção do movimento coletivo o canaliza para a ilusão de que basta trocar um governo burguês por outro, que se criariam novas condições para atender às necessidades vitais da maioria oprimida. Os trabalhadores e a juventude oprimida, assim, são dissuadidos a não combater por suas reivindicações, e a não se confrontarem com os exploradores e seus governos, e convencidas de que se trata de trocar um governo ruim por um suposto governo bom. Não se trata, segundo essa estratégia, de organizar a classe operária e os demais explorados para impor, a Bolsonaro e à burguesia, as reivindicações imediatas, que de fato as defendam dos horrores da Pandemia, do desemprego, do subemprego, da miséria e da fome. Essas necessidades ficam na dependência da troca de governo. Por essa linha, as massas não devem ir às ruas para impor pela força da luta de classes seu programa próprio, mas sim para auxiliar o PT e seus aliados a realizar a estratégia de poder, que se abriga na bandeira do “Fora Bolsonaro”. Nem de longe pensam na possibilidade de derrubar o governo “genocida” por um levante das massas. Apenas querem o impeachment, agora; e eleições presidenciais, em seguida. A miséria e a fome que esperem por um governo salvador do povo.

Essa linha política é tão nefasta para a luta independente dos explorados, que se voltou – mais claramente na manifestação do dia 3 de julho e, poucos dias antes, na entrega do “Superpedido do Impeachment” ao Congresso Nacional – a ampliar a frente, sem limite de “ideologia”, de “política” e de história pregressa, aos partidos que decidirem aderir ao Fora Bolsonaro.

Ao contrário, a tarefa da vanguarda com consciência de classe se centra na luta por não subordinar as reivindicações dos explorados à estratégia do impeachment. E na luta para que as massas encarnem seu programa de reivindicações, e se guiem pela estratégia revolucionária de poder.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

## **QUE AS MANIFESTAÇÕES APROVEM UMA CARTA DE REIVINDICAÇÕES, A SER ENDEREÇADA AO PATRONATO, AO PRESIDENTE BOLSONARO E AOS GOVERNADORES**

### **Que aprovem a convocação de um Dia Nacional de Luta, em defesa da Carta de Reivindicações, com paralisações e bloqueios**

*Que aprovem a obrigatoriedade dos sindicatos convocarem assembleias  
para organizar a luta pelo programa de reivindicações da Carta*

*Que os movimentos realizem assembleias populares nos bairros, favelas e cortiços,  
para organizar a campanha pela Carta de Reivindicações*

*Que constituam os comitês de base, para unir empregados e desempregados,  
trabalhadores formais e informais, operários de fábrica e trabalhadores de serviço,  
comércio, saúde e educação*

*Que o Dia Nacional de Luta contra o desemprego, a miséria e a fome seja um primeiro passo  
para a mobilização nacional pela Carta de reivindicação dos pobres e miseráveis!*

Trabalhadores e jovens oprimidos, vimos que a direção sindical e política de nossa quarta manifestação, que realizamos neste 24 de julho, acrescentou um chamado, ao lado do Impeachment, “contra o desemprego e a fome”, e “contra a reforma Administrativa e as privatizações”. Até agora, se limitava às reivindicações de auxílio de R\$ 600, que não dá para nada, e vacina já. Ocorre que a direção dos Atos continua subordinando as bandeiras econômico-sociais dos explorados ao objetivo estratégico do impeachment. O que significa que temos de, primeiramente, livrar o país de Bolsonaro, mudar um governo burguês por outro, para assim suprir “a falta de política efetiva contra a fome, a miséria e o desemprego”, como diz a nota da CUT.

É inaceitável a utilização do flagelo da maioria oprimida, agravado pela Pandemia, para se fazer uma promessa de futuro, que sequer sabemos que governo substituirá Bolsonaro e se, de fato, cumprirá o desejo das direções de nosso movimento, de aplicar uma “política efetiva contra a fome, a miséria e o desemprego”. Há claramente uma manipulação dos explorados, ao mobilizá-los para que acreditem que, com o afastamento de Bolsonaro, mudarão as condições econômicas e sociais do capitalismo, que se encontra em uma profunda crise mundial. Mesmo que se prometa que a luta continuará sob o novo governo, não passará de promessa. Já atravessamos pela experiência do governo do PT, de Lula e Dilma, e não se alteraram as bases estruturais da brutal exploração da força de trabalho, do domínio latifundiário, da proteção aos banqueiros, aos parasitas da dívida pública e do saque imperialista.

Não será com uma pequena fração do Orçamento, destinada aos programas assistenciais, com algum recurso a mais voltado aos minifundiários, com verbas adicionais às “reparações

históricas”, e com uma diminuta elevação do miserável salário mínimo, que se alterará a situação endêmica da miséria e da fome no Brasil. Não será com promessas de uma “política de crescimento, geração de renda e emprego”, que se esvaziarão o exército crônico de milhões de desempregados, e o gigantesco batalhão de subempregados. Desde que o estudioso e reformista Josué de Castro indicou esse caminho, ficou ainda mais evidente que, no marco do capitalismo atrasado e semicolonial, não há solução para a miséria e a fome. E que, se é possível um breve período de desaceleração do avanço do flagelo das massas, a burguesia não faz senão acumular mais capital, e preparar nova derrocada econômica, que volta a impulsionar a marcha da miséria e fome.

---

***Há claramente uma manipulação dos explorados,  
ao mobilizá-los para que acreditem que, com o  
afastamento de Bolsonaro, mudarão as condições  
econômicas e sociais do capitalismo, que se  
encontra em uma profunda crise mundial. Mesmo  
que se prometa que a luta continuará sob o novo  
governo, não passará de promessa.***

---

Temos a absoluta certeza de que nenhum governo burguês que suceder o malfadado Bolsonaro tem como mudar as leis econômicas que levaram o capitalismo mundial, com seus reflexos nacionais, a desenvolver as forças produtivas em grande escala, a estancá-las e a desintegrá-las. Não foi simplesmente a Pandemia, a causadora da destruição de parte das forças produtivas, demissões em massa e aumento das “desigualdades” sociais. Manifestou-se, certamente, como uma força destrutiva da vida

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org) - [facebook.com/massas.por](https://facebook.com/massas.por)**



humana, que exigiu respostas da burguesia e governantes, no sentido de proteger, acima de tudo, os seus capitais, mesmo que à custa do fechamento maciço de negócios, destruição em grande escala de postos de trabalho, e agigantamento do exército de desempregados. O capital financeiro continuou operando o seu parasitismo, sangrando os cofres públicos dos países semicolônias – a exemplo do Brasil, que arca com uma dívida pública que trava o seu desenvolvimento econômico e social –, as potências emitiram trilhões de dólares para proteger os monopólios, e a guerra comercial agravou-se em torno à vacina.

É, portanto, obrigatório distinguir e separar o ódio crescente da população e a luta das massas contra Bolsonaro, da política oposicionista burguesa, que se enfileira por trás da bandeira do “Fora Bolsonaro e Impeachment”. A distinção começa pela defesa do programa próprio dos explorados e pelo objetivo de impor à burguesia e aos seus governos, por meio da luta de classes, o fim das demissões, a volta dos empregos perdidos, a recuperação das perdas salariais, a adoção de um salário mínimo vital, a revogação das contrarreformas, o fim das privatizações, a reestatização e medidas imediatas de combate à fome, como um auxílio emergencial de acordo com as necessidades reais da família trabalhadora, um plano de moradia popular abrangente, abertura de obras públicas, etc. Esse é o ponto de partida para unificar a classe operária e a maioria oprimida.

O POR tem como programa a revolução proletária e a estratégia da ditadura do proletariado, que se materializará com a

derrubada da burguesia e constituição de um governo operário e camponês. O combate pelo fim da pobreza, miséria e fome, para ser consequente, tem de se voltar contra a burguesia, e não somente a um de seus governos. Tem de ter por diretriz geral a expropriação do grande capital e a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Esse programa transformador não impede que as forças que se colocam, de fato, em luta contra a miséria e a fome, se organizem em uma frente única, em defesa do programa de reivindicações e de medidas emergenciais. O fundamental está em romper com a estratégia burguesa, que promete o fim da miséria e a fome, simplesmente, trocando um governo burguês por outro. As três manifestações – principalmente a do dia 3 de julho – deixaram clara a incompatibilidade da estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro e Impeachment” com a defesa do programa de reivindicações da maioria oprimida.

A vanguarda classista e revolucionária tem o dever de intensificar a campanha pelos empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação imediata. Deve concentrar esforços para que, nas manifestações, o programa de reivindicações, o método de luta e a democracia operária tremulem bem alto. Para que a defesa da convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, ganhe força entre as massas. Para que o movimento assuma uma carta de reivindicações, exigindo da burguesia, de Bolsonaro e dos governantes, o seu atendimento imediato.

## Carta de reivindicações contra a pobreza, miséria e fome

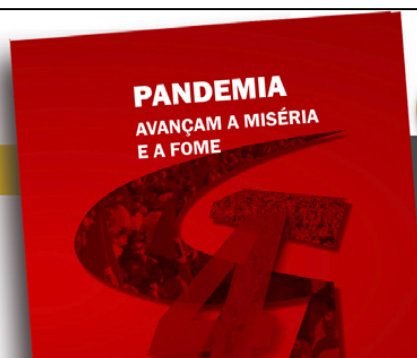
1. Abertura imediata de empregos, reduzindo a jornada de trabalho sem reduzir os salários. E estabilidade no emprego;
2. Readmissão de todos os demitidos durante a Pandemia;
3. Estatização das fábricas fechadas, readmissão de todos os demitidos e controle operário da produção;
4. Recuperação das perdas e aumento real dos salários, com escala móvel de reajuste;
5. Salário mínimo vital;
6. Fim de todas as medidas emergenciais do governo e do Congresso Nacional, que reduziram os salários, suspenderam contratos e eliminaram direitos trabalhistas;
7. Auxílio emergencial de acordo com o salário mínimo calculado pelo Dieese, para uma família de 4 pessoas;
8. Fim dos despejos e pela construção imediata de moradias populares;
9. Aceleração da vacinação nos bairros pobres, cortiços e favelas.

**Publicado o livro:**

**PANDEMIA**

**AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME**

“A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



**R\$40**

**ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR**

Décima Primeira Carta do Partido Operário Revolucionário

**Aos trabalhadores e à juventude oprimida**

# **Dia 24 de julho, sob a mesma estratégia e orientação burguesa**

**A vanguarda com consciência de classe tem o dever de lutar sob a estratégia e orientação revolucionária do proletariado**

17 de julho de 2021

As manifestações de 3 de julho expressaram uma particularidade em relação às manifestações de 29 de maio e 19 de junho. Definiram com absoluta clareza o conteúdo da bandeira da Campanha Nacional Fora Bolsonaro, que é o impeachment. Não só preencheram-na de tal objetivo geral, como também atrelaram o movimento a uma frente ampla partidária em torno ao “Superpedido de Impeachment”. Não há mais como as correntes de esquerda darem uma versão ao “Fora Bolsonaro”, que não seja a de pressionar o presidente da Câmara de Deputados, Arthur Lira, a desengavetar mais de 100 pedidos de abertura de processo de impeachment. As revelações da CPI da Covid animaram as direções sindicais e políticas, que passaram a crer na sua viabilidade, até então improvável. Uma fração dos velhos partidos – PSDB, MDB e DEM – deu sinal de que poderia se juntar por detrás desse objetivo, ainda que não tão claramente. Outra fração, ligada ao Centrão – a exemplo do PSD e PSL – acena com o seu afastamento da base de apoio ao governo.

A montanha de mortos, vitimados pela Pandemia, e a denúncia comprovada de corrupção no interior do ministério da Saúde, envolvendo civis, militares e empresários, vem provocando um terremoto político. O que tem causado uma enorme queda na popularidade de Bolsonaro. E, concomitantemente, uma elevação eleitoral de Lula. É nesse marco das divisões e das disputas interburguesas, em torno ao futuro da governabilidade, que se têm enquadrado as manifestações.

Um fator decisivo, que comparece apenas como pano de fundo, é o avanço da pobreza, miséria e fome de milhões de trabalhadores. A Pandemia potenciou a crise econômica, que se vem arrastando, principalmente desde 2014. Impulsionou a onda de demissões, serviu de justificativa

para o rebaixamento salarial, e facilitou a implantação da contrarreforma trabalhista. O que tem sido tomado como pano de fundo pelas direções sindicais e políticas da Campanha Nacional Fora Bolsonaro, na realidade, é o fator determinante da desintegração da governabilidade, e de um novo realinhamento das forças burguesas. As contrarreformas e a realização do plano de privatizações têm servido à proteção

ampla, cujo limite é dado pela bandeira do impeachment. Não é suficiente contar com a participação de partidos como o PDT e PSB, que são claramente burgueses e têm servido a interesses de grupos capitalistas e oligárquicos nacionais. A participação do PSDB, MDB, DEM, PSD e PSL, ou então frações desses partidos, se tornou um imperativo para potenciar a via do impeachment.

---

***O ato de 3 de julho refletiu de maneira mais acabada o objetivo das direções sindicais e políticas da Campanha Nacional Fora Bolsonaro, de constituir uma frente ampla, cujo limite é dado pela bandeira do impeachment.***

---

da lucratividade dos capitalistas, mas não ao desbloqueio das forças produtivas, que, há anos, se movimentam entre baixo crescimento, recessão e estagnação. A predominância do parasitismo financeiro reflete e agudiza a contradição entre as forças produtivas, e as relações de produção, em grande medida, condicionadas pelos monopólios, enfim, pelo saque imperialista.

A incapacidade do governo Bolsonaro de responder às tendências desintegradoras da economia nacional, da qual faz parte como elemento decisivo a força de trabalho, permite às frações burguesas oposicionistas colocarem para as massas a bandeira de um novo governo, que teria por função retirar a economia do precipício, retomar a abertura dos postos de trabalho, distribuir renda e enfrentar a fome. As direções sindicais e políticas das manifestações vêm preenchendo com esse conteúdo a bandeira do “Fora Bolsonaro”, que pode ser materializada por um impeachment, ou pelas eleições.

O ato de 3 de julho refletiu de maneira mais acabada o objetivo das direções sindicais e políticas da Campanha Nacional Fora Bolsonaro, de constituir uma frente

A fração mais direitista da Campanha Nacional Fora Bolsonaro, constituída pela Força Sindical, UGT, CSB, NCST, CGTB e Pública, deixou claro, após o conflito com membros do PSDB, na manifestação de 3 de julho, que, no dia 24 de julho, participem todos os partidos que estejam na oposição a Bolsonaro. Em sua nota, condenou a “intolerância e autoritarismo” de quem atacar os partidos da burguesia que se somarem às manifestações. Condenou também a “selvageria dos blacks blocs”, considerados “infiltrados”. Colocam no mesmo saco acontecimentos distintos, sem discernir a política que cada um deles expressa.

A nota da direção da Campanha Nacional Fora Bolsonaro afirma a posição de sua ala direitista, dizendo que objetivava “congregar todos aqueles que estão unidos pelo Fora Bolsonaro”, e esclarece o sentido da unidade: “Seguiremos pressionando o Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/Al), para que cumpra o seu dever e abra o processo de impeachment”. Assim, não seria o momento de confrontar “diferenças políticas, ideológicas e programáticas entre os diversos atores desta ampla unidade de ação”. O que uniria os distintos partidos seria o

*“objetivo imediato comum, de retirar o genocida da Presidência da república”. E a nota conclui: “Repudiamos quaisquer provocações e ações violentas que atentem contra a segurança dos manifestantes”.*

Em resumo, essa sequência de ideias afirma que está garantida a frente ampla, como base da Campanha Nacional pelo Fora Bolsonaro. Desta forma, não pode haver distinção de classe. Não se pode recorrer à experiência recente do impeachment contra Dilma Rousseff. Não importa se o PSDB e outros partidos foram responsáveis pelo golpe de Estado. Passa-se uma borracha no conteúdo de classe das políticas partidárias, e no caráter oligárquico dos partidos que, agora, se pretendem como aliados para afastar Bolsonaro da Presidência.

A Força Sindical e aliados lembraram que as manifestações devem seguir o exemplo do que ocorreu sob as bandeiras de “Diretas Já” e “Fora Collor”. Trocando em miúdos, repetir a fórmula das frentes burguesas. A manifestação de 29 de maio deixou transparecer essa linha, que se afirmou, definitivamente, no dia 3 de julho. Eis por que provocou um conflito nas fileiras da frente, em torno à bandeira do Fora Bolsonaro e impeachment. A intervenção imediata das direções sindicais e políticas, no sentido de que as manifestações estão abertas a todos os partidos, e de que ninguém irá prejudicar esse objetivo, indicou o empenho de avançar rumo a uma frente ampla. Não há como ocultar a estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro e Impeachment” que, se concretizada, não fará senão trocar um burguês por outro, que passará a contar com a ilusão das massas de que, assim, seus problemas serão resolvidos. E, se não for pelo impeachment, vai ser pelas eleições. A política do proletariado jamais se coloca por trás de um movimento para trocar um governo burguês por outro.

A bandeira do “Fora Bolsonaro e Impeachment” também serve para ocultar que o tormento das massas diante da Pandemia e da crise econômica tem suas raízes na exploração do trabalho, e nas condições de desintegração do capitalismo. Ou se luta contra o governo burguês de plantão, para acabar com o capitalismo, ou se troca um governo burguês por outro, para manter o capitalismo. A Campanha Nacional do Fora Bolsonaro se guia pela segunda possibilidade. Para isso, recorre a uma frente ampla, que se constitui em

## Carta POR | Décima Primeira Carta do POR

torno à estratégia burguesa de solução da crise de governabilidade. A defesa real e sincera do programa de reivindicações dos explorados não só não cabe nesse tipo de frente, como é contraditória à estratégia que a define.

Se o movimento organizasse a classe operária e os demais explorados contra as demissões, os acordos de redução de salários, e a destruição de direitos trabalhistas, nenhum desses partidos da burguesia se juntaria à campanha. Se lutasse verdadeiramente contra o fechamento de fábricas e as privatizações, esses partidos agiriam contra a campanha. Se a estratégia fosse a de derrubar o governo burguês, direitista e fascizante de Bolsonaro pela via da ação direta e em defesa da constituição de um governo revolucionário, então parti-

***É necessário reforçar a defesa do programa de reivindicações, que opõe os explorados à burguesia e seus governantes.***

riam para uma brutal repressão à campanha. Eis por que a Campanha Nacional do Fora Bolsonaro se opõe a uma Campanha Nacional em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas; e contra a miséria e a fome, que avançam sobre a maioria oprimida. Eis por que as direções sindicais e políticas se negaram e se negam a convocar um Dia Nacional de Luta por um programa próprio dos explorados, com paralisações e bloqueios. Um dia verdadeiramente de luta se choca com o governo Bolsonaro, com os governadores e com a burguesia, porque abre caminho para um movimento de resistência às demissões, à mutilação da força de trabalho, à alta do custo de vida, e ao maior empobrecimento dos explorados. Mais ainda: permite lutar, consequentemente, contra os monopólios imperialistas, que controlam as vacinas, contra as negociatas que se fazem no interior do Estado, e contra a incapacidade da burguesia de defender as massas diante da Pandemia.

É visivelmente hipócrita, demagógica e cínica a declaração do presidente da CUT, intitulada “Só com o povo nas ruas, Bolsonaro vai cair”, em que agrega à bandeira do “Fora Bolsonaro”, a luta “contra a fome, a miséria, o desemprego, as privatizações e a reforma administrativa”. O objetivo da Campanha Nacional do Fora Bolsonaro se

limita ao impeachment e à preparação do terreno eleitoral. O ex-candidato do PT à presidência da República, Fernando Haddad, não precisou esconder o real conteúdo do impeachment. Diz que se trata de fazer com que o presidente da Câmara de Deputados coloque em votação a abertura do impeachment, não importando se vai ter maioria ou não no parlamento para afastar Bolsonaro. Nessa linha, o que importa é desgastar eleitoralmente os bolsonaristas. Tudo indica que esse será o curso da Campanha Nacional do Fora Bolsonaro. O que levará as manifestações ao beco sem saída das disputas interburguesas.

O Partido Operário Revolucionário combate no terreno do programa de reivindicações dos explorados, para erguer um movimento independente dos partidos da burguesia. Trata-se de organizar a classe operária e os demais explorados em contraposição às contrarreformas e medidas que descarregam as crises sanitária e econômica sobre as costas da maioria oprimida. É preciso dar um passo à frente, restabelecendo a democracia operária, por meio da convocação de assembleias presenciais sindicais e populares, constituindo os comitês de base, e unificando empregados e desempregados. É necessário reforçar a defesa do programa de reivindicações, que opõe os explorados à burguesia e seus governantes.

O POR critica as correntes de esquerda, por se submeterem à estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro e Impeachment”, e as convoca a romper com as diretrizes das direções sindicais e políticas, que subordinam as organizações operárias e populares à conciliação de classes. Convoca-as a fortalecer a Frente Classista e Combativa, que vem defendendo a organização de um Dia Nacional de Luta por empregos, salários, direitos trabalhistas, moradias e vacinação universal, com paralisações e bloqueios. Um passo que se dê nesse sentido, se criam as condições para avançar a unidade operária e popular em todo o país.

***Operários, demais trabalhadores e juventude oprimida, lutemos com o programa próprio de reivindicações e sob a estratégia revolucionária do proletariado!***



## Concordância e divergência com a nota do PCB

Em 12 julho, o PCB publicou a nota “Fora Bolsonaro e Mourão; manter a ofensiva”, e em 17 de julho, o artigo “Agitação performática ou tática revolucionária?”, assinado por Matheus Miranda. Dois pontos nos levaram a redigir uma resposta. Primeiro, sobre a participação do PSDB no ato do dia 3 de julho. Segundo, as ações de grupos que se reivindicam do anarquismo. Ambos os aspectos foram muito divulgados pela grande imprensa, discutidos no interior da frente que leva adiante a Campanha Nacional Fora Bolsonaro, e tomados como motivos para uma definição política.

É o que vimos na “Nota da Força Sindical, UGT, CSB, NCST, CGTB, Pública”, de 7 de julho; no comunicado da reunião de 12 de julho, da Campanha Nacional Fora Bolsonaro; no chamado da CSP-Conlutas, 14 de julho, “Centrais sindicais reforçam o chamado para mais um grande dia de protesto pelo Fora Bolsonaro”; e na nota do presidente da CUT, de 15 de julho. Apesar de algumas diferenças na caracterização do conflito interno à manifestação de São Paulo com participantes do PSDB, e a ação de agrupamentos que se dizem autonomistas, chegou-se a uma conclusão comum: a Campanha Nacional do Fora Bolsonaro deve ser ampliada para todos os partidos que defendam o impeachment de Bolsonaro e aumentar a segurança contra a ação dos autonomistas ou infiltrados, como caracterizam a Força Sindical e aliados.

Publicamos um balanço do dia 3 de julho, na Décima Carta do Partido Operário Revolucionário (POR), intitulada “Um chamado às correntes de esquerda. Que rompam com a estratégia burguesa do Fora Bolsonaro e Impeachment!”; e uma nota “Sobre o conflito com o PSDB e a ação paralela de grupos que se reivindicam do anarquismo”. De forma geral, nessas publicações, se encontram também nossas diferenças e divergências com o PCB.

Achamos do interesse da vanguarda revolucionária tratar especificamente dos dois referidos artigos de 12 e 17 de julho, do PCB. Começaremos pela questão de uma parcela dos “autonomistas”, que partiu para as ações paralelas ao movimento das massas. Em nosso entendimento, é de menor importância em relação ao conflito com o PSDB. Temos uma concordância na crítica de que se trata de um “erro primário e irresponsável”; de que foram “ações diretas à revelia de qualquer organização conjunta”. E concordamos que os grupos que decidem realizar as ações individuais e à margem do movimento de massa não deviam “usar o bloco do Partido Comunista Brasileiro como escudo ou trampolim para suas ações”, se, de fato, assim se passou.

O método e a tática revolucionários se realizam no seio das massas em luta, e jamais à margem e contra o seu movimento. Essa é uma posição há muito assentada pelo marxismo-leninismo-trotskismo, que se choca com o terrorismo individual, seja de que forma for, e o foquismo. A utilização do movimento de massa para realizar as ações paralelas ao movimento das massas expressa a face oportunista do ultraesquerdismo. Esse posicionamento do POR foi discutido no interior da Frente Classista e Combativa.

O artigo “Agitação performática, ou tática revolucionária?” diz que o seu bloco sofreu agressão verbal, e que depois foi usado como escudo. Temos a certeza de que a Frente Classista e Combativa não tem responsabilidade sobre nenhuma agressão ao PCB. Houve um episódio, no entanto, que Matheus Miranda não faz referência, e era obrigatório que o fizesse. Nas imediações do Mackenzie, o bloco do PCB repentinamente abandonou o alinhamento da marcha, deslocou-se para a mão contrária da Consolação e se dispersou, de maneira que se criou um vazio para a ação da polícia, que se deu por trás da Frente Classista e Combativa, que foi até o fim da manifestação. Aí, sim, foram justas as críticas à debandada do PCB. A justificativa de que se tratava de proteger o bloco do PCB desconsidera que se tratava de defender coletivamente toda a marcha, diante da ação policial. Houve também casos de jovens autonomistas que foram se ocultar nas fileiras da Frente Classista e Combativa, e nem por isso houve dispersão de nossa parte. Divergimos e criticamos veementemente essa conduta política do PCB.

Sobre a participação do PSDB e do movimento “Eu Acredito, de Tábata Amaral”, a nota do PCB procura ludibriar o leitor e, certamente, a sua base militante. Diz: “*Para nós Comunistas, é fundamental que todos aqueles que se manifestem pelo Fora Bolsonaro/Mourão possam ir às ruas. Contudo, não nos iludimos e sabemos exatamente em qual lado da luta de classe estamos, aquele do proletariado, diametralmente oposto ao da burguesia representada pelo PSDB. E assim, temos clareza daquilo que nos diferencia da direita política que procura disputar os atos, bem como por onde procuramos avançar nas lutas e no projeto de sociedade que defendemos, de superação do capitalismo e construção da transição socialista*”. Em seguida, afirma: “*Numa outra dimensão dos desdobramentos dos atos, apontamos nossa discordância com a tática de alguns setores de esquerda e centro-esquerda que a todo momento tentam subordinar o calendário de lutas ao calendário eleitoral do ano que vem, repetindo os mesmos erros de 2016 e 2018*”.

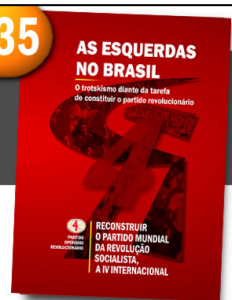
Tanto nesta nota, de 12 de julho, quanto no artigo de 17 de julho, os redatores desconsideram um acontecimento essencial, ou seja, o fato de a manifestação do dia 3 de julho ter sido convocada em função da entrega, no Congresso Nacional, do “Superpedido de Impeachment”, no dia 30 de junho. Assim, a sua análise e posicionamento não esclarece o conteúdo estratégico da relação entre as bandeiras Fora Bolsonaro e a do impeachment. O que pensam os seus leitores e a sua base mili-

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

### AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



tante? Os seus leitores e militantes não vão encontrar resposta nos dois documentos que analisamos e criticamos. No entanto, o PCB faz questão de apresentar a sua *“discordância com a tática de alguns setores de esquerda e centro-esquerda (...) de subordinar o calendário de lutas ao calendário eleitoral do ano que vem”*. Ocorre que o PCB está contra subordinar o movimento ao calendário eleitoral, mas a favor de subordiná-lo ao *“impeachment de Bolsonaro e Mourão”*.

Como se vê, o problema não está em rechaçar *“todos aqueles que se manifestam pelo Fora Bolsonaro/Mourão”*, mas a questão está em definir se se deve ou não rechaçar a constituição e uma frente ampla pelo impeachment, que formalmente se montou em torno ao *“Superpedido”*. Essa é a real discussão que se tem dado no interior da frente que desenvolve a *“Campanha Nacional do Fora Bolsonaro”*. A posição majoritária, tanto na nota da Força sindical e aliados, quanto na da CUT, é a de que se devem integrar partidos, como o PSDB e organizações de direita, como o MBL. E é essa questão que o PCB passa ao largo.

A bandeira do *“Fora Bolsonaro”*, que congrega a burocracia sindical e os partidos que se reivindicam de esquerda, que já abriga representantes de partidos burgueses, como o PDT e PSB, é estratégica. Tem por objetivo remover Bolsonaro por meio de um processo institucional e legislativo. O que resultará substituir um governo burguês, que afunda, por outro. A experiência já demonstrou, com o impeachment de Fernando Collor e Dilma Rousseff, que se instaura um governo de transição, que tem a função de preparar as eleições. Se Mourão não assumir a Presidência, como pretende o PSTU e PCB, assumirá o presidente do Senado.

***A bandeira do “Fora Bolsonaro”, que congrega a burocracia sindical e os partidos que se reivindicam de esquerda, que já abriga representantes de partidos burgueses, como o PDT e PSB, é estratégica. Tem por objetivo remover Bolsonaro por meio de um processo institucional e legislativo. O que resultará substituir um governo burguês, que afunda, por outro.***

O impeachment é um instrumento de golpe institucional, uma vez que cassa o voto de quem elegeu o presidente da República. Um instrumento democrático burguês seria o da revogabilidade do mandato por quem o elegeu, que não existe na Constituição, justamente porque é democrático. Em seu lugar, foi instituído o impeachment, justamente porque é antidemocrático. Caso se abra o processo de impeachment, o destino de Bolsonaro continuará nas mãos das mesmas forças políticas que o levaram ao poder, e o sustentaram até agora. Tem um agravante, setores da burguesia passaram a advogar o impeachment, o que se evidencia nas posições da grande imprensa, como um meio de evitar a polarização eleitoral entre Bolsonaro e Lula, precisamente no momento em que o petista se mostra vencedor. Afastado Bolsonaro, a nova composição do poder ficará nas mãos das forças que trabalham por constituir a denominada *“terceira via”*. É nesse mesmo sentido que, recentemente, se abriu a discussão de mais um ponto da *“reforma política”* antidemocrática, cujo tema é o do *“semi-presi-*

*dencialismo”*. Se essa pretensão se concretizar, estamos diante de mais um golpe de Estado, entre tantos na história política do país.

Se o PCB não explicita e explica o conteúdo estratégico do *“Fora Bolsonaro”* e do impeachment, oculta dos trabalhadores a natureza de sua tática de participação como bloco organizado na Campanha Nacional do Fora Bolsonaro. E sua militância não entenderá os motivos reais do conflito de PCO com o PSDB, no dia 3 de julho.

O Partido Operário Revolucionário interveio, desde a manifestação de 29 de maio, defendendo que se organizasse a luta nacional em torno ao programa próprio de reivindicações dos explorados. Inclusive batalha pela convocação de um Dia Nacional de Luta, em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação, com paralisações e bloqueios. A Pandemia não fez outra coisa, senão agravar as condições de vida da maioria oprimida. Esse é o ponto de partida por onde se deveria e se deve pôr em pé um movimento de massa contra a burguesia e seus governantes, em particular contra o governo burguês de Bolsonaro. Somente assim, as massas caminharão no sentido da estratégia própria de poder, que se traduz na luta pela derrubada da burguesia do poder, e constituição de um governo revolucionário, um governo operário e camponês. Essa linha está em contraposição à estratégia burguesa do *“Fora Bolsonaro”* e impeachment, que, para ganhar força institucional, depende do deslocamento de frações da burguesia para a oposição, e a favor da destituição de Bolsonaro pelo Congresso Nacional, com a anuência do Supremo Tribunal Federal e das Forças Armadas.

Não é só o PCB que oculta o caráter estratégico do *“Fora Bolsonaro”* e a natureza antidemocrática do impeachment. A própria frente que sustenta a Campanha Nacional do Fora Bolsonaro falseia, dando a ideia de que o impeachment seria uma solução democrática para um governo genocida. E também esconde o objetivo estratégico eleitoral. Essa falta de clareza do caráter de classe da estratégia – o PCB se refere a *“forças do campo classista”* – permite manobras oportunistas no interior do movimento pequeno-burguês, cuja ausência da classe operária organizada sobre a base de seu programa de reivindicações, contraposto à exploração capitalista do trabalho, confunde o classismo com frente pequeno-burguesa, guiada pela estratégia burguesa do impeachment. Os marxistas sabem que a pequena burguesia, ou é arrastada por trás da política burguesa, ou é dirigida pela política do proletariado.

Nessas três manifestações, o POR se esforçou por constituir, no interior das manifestações, uma frente, de fato, classista, que tem por ponto de partida a defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação universal; contra demissões, fechamento de fábricas, acordos de redução salarial, suspensão de contratos e outras medidas antioperárias; e contra as privatizações e o entreguismo pró-imperialista. Nessa luta, se constituiu a Frente Classista e Combativa, que se tem posicionado pelo método da ação direta das massas, e por constituir organismos de base da democracia dos trabalhadores. Se as correntes de esquerda continuarem subordinadas à estratégia burguesa de trocar um governo burguês por outro, em nome de se livrar de um governo genocida, servirão de instrumento para a política de conciliação de classe do PT e aliados.



São Paulo - 13 de julho

## Atos, sob a bandeira do “Fora Bolsonaro”



O 13 de julho havia sido apontado pela “Campanha Fora Bolsonaro” como um “Dia de mobilização em defesa dos povos originários e contras as privatizações”. Na capital paulista, aconteceram três manifestações: a primeira, sobre os “31 anos do ECA” (Estatuto da Criança e do Adolescente), às 9h30min; a segunda, convocada pelas direções sindicais ligadas aos Correios, às 11h; a terceira, pela Frente Povo na Rua, às 17h. A primeira não teve projeção, dado o descolamento do conteúdo (ECA). As outras duas, contudo, tinham tudo para ganhar uma enorme importância, por estarem apoiadas em reivindicações concretas. O problema é que foram convocadas como mera preparação (“esquenta”) para o dia 24 de julho. As direções fizeram de tudo para esvaziar o seu sentido prático, de luta em defesa dos indígenas e contra as privatizações, substituindo-o pela bandeira do “Fora Bolsonaro”, adaptada às disputas interburguesas.

Chama a atenção, logo de início, a fragmentação. É evidente que o correto seria concentrar as energias em uma ação só, para que pudesse ser mais expressiva política e numericamente. Um protesto em dia de semana, e apoiado em lutas que estão em curso (indígenas/Correios), poderia dar vazão a tendências presentes em outras categorias. Certamente, com o alto índice de desemprego/subemprego, o rebaixamento salarial, o crescimento da fome e da miséria, as milhares de mortes por Covid, a destruição dos direitos trabalhistas, o aumento do custo de vida, novas contrarreformas sendo preparadas (como a Administrativa), enfim, com todo o peso das crises econômica e pandêmica recaindo sobre os ombros dos oprimidos, era e é de se esperar que exista uma grande insatisfação represada, em que pese as massas terem sido duramente golpeadas por mais de um ano de pandemia, período em que foram abandonadas por suas direções traidoras.

As direções sindicais e populares sabem desse potencial explosivo. Quando convocaram o ato de 29 de maio, não contavam com uma resposta massiva, como acabou dando-se, de fato. Agora, trabalham para manter o movimento nas rédeas, e canalizar o ódio instintivo dos trabalhadores e da juventude para a via institucional-burguesa, ou seja, para o impeachment – que deve ser processado nas entranhas do Parlamento, dominado pela burguesia e pelas oligarquias – e para as eleições de 2022. Essa linha política empurra as direções para a tática

da frente ampla. O que implica, na prática, ganhar votos de partidos do “centrão” e da direita tradicional, numa tentativa de isolar os ultradireitistas mais fiéis a Bolsonaro. Por isso, as direções não podiam e não podem permitir que as massas rompam o limite imposto às manifestações, que é o do “Fora Bolsonaro” (impeachment/eleições).

As lutas dos trabalhadores dos Correios e dos indígenas eram perigosas para a preservação do plano das direções, pois, não há como conciliá-las com os interesses dos pretendidos aliados da frente ampla. O PSDB, por exemplo, que tanta polêmica gerou em relação ao ato de 3 de julho, jamais aceitaria compor uma manifestação contra as privatizações. O mesmo vale para as reivindicações de defesa dos empregos, dos salários, dos direitos trabalhistas, etc. Está aí o motivo para as direções terem dado um caráter secundário (“esquenta”) aos atos de 13 de julho.

O mesmo motivo explica a mudança da atitude da polícia. Nas manifestações gerais do “Fora Bolsonaro”, que têm ocorrido aos sábados, o policiamento tem sido relativamente frouxo. Com certeza, tal procedimento resulta de ordens superiores. É sabido que Doria tem os seus interesses eleitorais, de desgaste de Bolsonaro. Já no ato de 13 de julho, especialmente o da noite, convocado pela Frente Povo na Rua (dirigida pelo PCB, UP e setores do PSOL), a presença da PM foi muito maior, houve uma revista generalizada de bolsas e mochilas, e um cerco rigoroso aos manifestantes, inclusive na dispersão.

O POR esteve presente na manifestação da manhã, dos Correios, e na da noite. Levou o seu manifesto, fez falas e atuou com suas faixas, bandeiras e palavras de ordem. Na manifestação da noite, atuou em conjunto com os companheiros da Frente Classista e Combativa. A linha política do POR tem sido a de defesa das reivindicações mais sentidas das massas, o único caminho capaz de preservar a independência de classe dos oprimidos. Trata-se de uma linha que está em choque com a política das direções, que é de subordinação do movimento ao Parlamento, e de desvio para a via eleitoral. O POR tem denunciado que a orientação dada pelas direções conduzirá tão somente à substituição de um governo burguês por outro e, portanto, não trará solução alguma para os problemas urgentes das massas, como o desemprego, a fome e muitos outros.

## ■ RELATO DO ATO EM FRENTE AO CORREIO CENTRAL

O objetivo, divulgado pela direção do Sindicato dos Trabalhadores da ECT, foi o de realizar um ato unificado contra a privatização dos Correios, sob a bandeira: “Não à venda do serviço essencial de correios!” e “PL 591/2021 é inconstitucional, diga não!”. Apesar do objetivo de ser unificado, não houve nenhum esforço para que ocorresse uma grande manifestação. Nesse mesmo dia, como vimos, em horário e local diferentes, ocorreram outras manifestações.

### Pronunciamento do POR

Companheiros, trabalhei 19 anos na Eletropaulo, que foi privatizada em 1998. Na época, possuía 22 mil trabalhadores, que recebiam em média cinco salários mínimos. Hoje, está completamente sucateada e terceirizada, e o salário de que entra na Eletropaulo, agora ENEL, não passa de R\$ 1.600,00. Esse exemplo mostra a realidade das privatizações. Os governos entregam um patrimônio brasileiro aos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, para que estas, no afã dos lucros, cortem empregos, salários e liquidem com direitos trabalhistas, e fiquem livres para sacrificar a população com os preços das tarifas.

Companheiros, é preciso verdadeiramente uma campanha nacional de luta contra as privatizações do governo Bolsonaro,

Pela manhã, em frente ao Correio Central, poucos manifestantes estiveram presentes com suas bandeiras. As intervenções se limitaram às denúncias das consequências da privatização para os trabalhadores e para a população. Destacaram as demissões e o aumento das tarifas de postagem. E defendiam a necessidade de aumentar a “pressão popular” sobre os deputados, no Congresso Nacional. Alguns radicalizavam nas palavras: “Vai ter e já está tendo luta”. E

concluía com a bandeira do “Fora Bolsonaro, genocida, bandido, corrupto...”. Outros lamentavam a intenção do governo, de privatizar a empresa, que tem mais de 350 anos e é do povo, e diziam que estavam ali, pacificamente, para pedir apoio da população.

O POR compareceu com seu Manifesto, intitulado “Abaixo a privatização dos Correios e o entreguismo do governo antinacional e antipopular de Bolsonaro” e com uma fala.

Doria e outros governantes são governos também entreguistas. Basta ver a quantidade de aeroportos, ferrovias, parques, etc., que vêm ocorrendo. Bolsonaro nem bem acabou de privatizar a Eletrobrás, já acelerou a privatização dos Correios. Temos de cerrar fileiras contra o entreguismo desses governos. Voltamos a dizer que nenhuma privatização beneficiou a vida da classe operária, dos camponeses e dos indígenas. Mas beneficiou, sim, os capitalistas, principalmente o capital imperialista, que cada vez mais suga o Brasil.

O Partido Operário Revolucionário luta contra as privatizações, com os métodos próprios dos explorados. E contra o governo Bolsonaro, antinacional, antipopular e militarista.

## São Paulo / Reunião e ato Comitê do Mobilização da Zona Oeste

Em 13 de julho, ocorreu pela manhã o primeiro ato convocado pelo Comitê de Mobilização da Zona Oeste. O conteúdo geral do ato foi expresso pelas palavras de ordem, definidas nas reuniões prévias do comitê: “Zona Oeste contra Bolsonaro, o desemprego e a violência policial! Por direitos, salários e vacinas”.

Tratou-se de uma importante iniciativa no sentido de organizar trabalhadores e a juventude oprimida, a partir das reivindicações imediatas, como emprego, salário, direitos trabalhistas e vacinação para os pobres. O ato chamou atenção e

ganhou apoio da população local, tendo alguns trabalhadores se incorporado à marcha, ao longo de seu percurso. O avanço na luta contra o governo e a burguesia passa pela constituição dos comitês de luta, das mobilizações em cada região, das assembleias nos bairros, nas fábricas e em demais locais de trabalho e moradia.

O POR, que esteve presente desde as primeiras reuniões de constituição do comitê, interveio por meio do manifesto contra as privatizações dos Correios.

## São Paulo / Pronunciamento do POR no ato em frente ao Teatro Municipal

O POR está presente nessa manifestação, sabendo que, neste exato momento, os trabalhadores e a juventude oprimida do país sofrem com o peso da crise econômica, que é a crise estrutural do capitalismo. Sofrem com o peso da crise pandêmica e da crise política, que se arrasta, como expressão das disputas interburguesas. Já ocorreram três grandes manifestações, 29 de maio, 19 de junho, 3 de julho. No dia 16, os companheiros da moradia também farão protestos no centro de São Paulo. E, no dia 24, novos atos nacionais ocorrerão em todo o país.

O caminho da luta nas ruas, é o caminho que vai permitir com que os explorados de conjunto enfrentem a crise pandêmica e econômica. Enfrentem a crise com um plano de emergência próprio, com independência de classe. Acontece, companheiros, que existem obstáculos no caminho desta luta dos trabalhadores e da juventude. O principal desses obstáculos é justamente o desvio eleitoral, que está sendo impresso nestas manifestações. As experiências já demonstraram que a subordinação do movimento às disputas no Congresso Nacional levará os trabalhadores a um

beco sem saída. A política do impeachment significa ganhar maioria parlamentar. E ganhar maioria parlamentar significa colocar o nosso movimento a reboque dos partidos da burguesia. O nosso caminho, companheiros, não pode ser esse.

O Partido Operário Revolucionário trabalha para que as manifestações estejam sob as reivindicações mais sentidas pelas massas. Comparece nos atos, erguendo bem alto a defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e vacina para todos. Comparece, defendendo os métodos próprios dos explorados, a ação direta. E comparece, convocando as correntes de esquerda a romperem com o eleitoralismo da bandeira “Fora Bolsonaro e Impeachment”, e se colocarem no campo da independência de classe para enfrentar o governo direitista e fascizante de Bolsonaro e a burguesia, de conjunto. É por meio da luta direta por suas reivindicações, que a classe operária e demais explorados avançarão na sua estratégia própria de poder, que é a luta por um governo operário e camponês, em defesa da revolução proletária e do socialismo.

**Viva a luta dos explorados!**



**Rio de Janeiro****Muito aquém da luta contra a privatização dos Correios**

A manifestação do dia 13 de julho, no Rio de Janeiro, aconteceu na Candelária, e marchou até a Cinelândia. Foi uma manifestação de vanguarda, dirigida pelos partidos que compõem a Frente Povo na Rua, PCB, UP e MES/PSOL. Além destas, participaram CST, MRT, PSTU, MEPR, LCP e o POR. Atuamos com nosso manifesto contra a privatização dos Correios, banca de livros e jornais, e nossas bandeiras. Verificamos que, entre as correntes que levaram material para ser distribuído, nenhuma mencionou as privatizações.

Como se tratou de um ato dirigido pelo centrismo, tentaram conciliar defesas inconciliáveis, como o impeachment e a greve geral. Assim, como é característico destes agrupamentos, oscilam entre o marxismo e o reformismo. De um lado, a saída institucional e burguesa para a crise de governabilidade, em aliança com setores da burguesia, ou seja, uma saída estratégica burguesa. Apesar da ausência dos partidos que dirigem a campanha “Fora Bolsonaro”, PT, PCdoB, PSOL (majoritária) e das frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular, as correntes centristas seguiram sua política de canalizar o instinto de revolta das massas para a institucionalidade. Por outro lado, defenderam a greve geral, uma tática proletária. Aí está a contradição, tentar conciliar uma saída estratégica burguesa com uma tática proletária. Não identificaram que o proletariado continua ausente das manifestações, e segue na passividade, não comparecendo de forma organizada, com suas reivindicações e métodos próprios. Não demonstraram qual a relação entre impeachment e greve geral, como um supostamente impulsionaria a outra. O fato é que não podem demonstrar essa relação, pois,



são inconciliáveis. Concretamente, a luta pelo impeachment tem desviado a luta massiva para o parlamento, e este ato, novamente, mostrou isso claramente: esteve ausente a defesa de um plano próprio da classe operária e demais oprimidos, que reivindicasse a luta pelos empregos, pelo fim das demissões e cortes de salário, contra a carestia de vida, contra as privatizações, etc.

No final da manifestação, a repressão da PM, bolsonarista, do governo Castro, contra um grupo de anarquistas, mostrou que qualquer ação fora dos atos festivos dos centristas será dura e rapidamente reprimida. Isso deve mostrar para a vanguarda que a ação direta deve ser executada, não de forma isolada, mas pelas massas, em sua luta por suas necessidades. Devemos trabalhar para organizar a classe operária no Rio, para que ela compareça de forma organizada às manifestações, com seus próprios métodos, e em defesa de um plano próprio de emergência. É em torno dessa tarefa central que o POR tem se construído no RJ.

**Rio Grande do Sul****Ato contra a privatização dos Correios**

*O principal problema continua sendo a ausência da classe operária*



O ato do dia 13 estava marcado para iniciar às 18h e, uma hora antes, começaram a se concentrar, no largo Glênio Peres, e em frente à prefeitura, militantes das organizações de esquerda, com as suas bandeiras.

Não foi uma manifestação massiva e, evidentemente, nesse ato não houve a presença da direita, pois, a luta contra a priva-

tização dos Correios, e também da Carris, eram seu ponto de partida.

Na concentração, as breves falas prestaram solidariedade aos trabalhadores ameaçados pela privatização, e também aos indígenas, que lá estavam presentes, com suas bandeiras contra a PL 490.

As falas faziam questão de ressaltar que todos os ataques, que estão sendo despejados sobre nós, só podem ser combatidos através da luta pelo Fora Bolsonaro. Evidenciaram, desta forma, o objetivo de eleger um novo governo burguês, que supostamente daria solução aos problemas levantados.

A marcha foi em direção à Avenida Mauá e, ao chegar nos fundos do prédio dos Correios, se bifurcou, entrando uma parte pela direita do prédio, e a outra pela esquerda, numa encenação de “abraço nos Correios”. Nenhuma luta concreta foi cha-

mada para barrar a privatização.

Após o abraço, retornou à Avenida Borges de Medeiros, entrou na Cidade Baixa e terminou na avenida Loureiro da Silva, quando os organizadores se retiraram, e alguns jovens incendiaram um container de lixo, e acenderam uma fogueira no meio da rua, cantando que apenas a ação direta derruba o capital. A performance de ações descoladas das massas se perde no simbolismo, e não ajuda a organizar a classe operária para a luta pelas reivindicações. Aos poucos, todos foram se dispersando.

A principal tarefa continua sendo a organização dos explorados, em particular o proletariado, ao redor das reivindicações de emprego, salário, vacinação e direitos, de forma a mobilizar por meio da ação direta das massas e por sua estratégia própria de poder. Daí a importância de pôr em pé o Partido Operário Revolucionário.



## Rio Grande do Norte É urgente organizar um poderoso movimento pelas reivindicações

O ato foi chamado pela frente “Povo na Rua, Fora Bolsonaro”. Estiveram presentes correntes de esquerda, agrupamentos que se reivindicam do anarquismo e independentes. Compareceram cerca de 400 pessoas.

O ato aconteceu no bairro Alecrim, que é o mais importante centro comercial popular da cidade, onde circulam assalariados, ambulantes e demais trabalhadores informais. Local de pequenos e médios lojistas, terreno fértil para a influência bolsonarista, que se contrapôs à política dos governadores de isolamento social.

O ato, que teve como linha política o “Fora Bolsonaro”, deu ênfase na denúncia contra a privatização dos Correios, e também em defesa das demarcações indígenas. Apesar de ocorrer em um bairro com forte presença de setores explorados, o ato não conseguiu chamar a atenção das pessoas. Isso por que não havia as reivindicações mais sentidas dos explorados, como os empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação imediata.

O POR atuou com manifesto, faixa e intervenção, colocando a necessidade de defender os Correios e as demarcações indígenas, como parte de uma luta unitária em defesa de um programa de reivindicações próprio dos explorados, e dos métodos genuínos da classe operária.

## São Paulo

16 de junho

## ATO EM DEFESA DA MORADIA

Os movimentos de moradia, que integram a Central de Movimentos Populares (CMP), a Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), do Movimento de Luta nos bairros, vilas e favelas (MLB), Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos (MTD) e União Nacional por Moradia Popular, chamaram esse ato Nacional. Tinha como essência o “Fora Bolsonaro” e a defesa do impeachment, ou seja, arrastaram os sem-teto para um ato que não tinha como principal reivindicação a moradia. Nos discursos, alimentavam as ilusões em um novo governo, e criticavam os cortes de recursos à moradia, os despejos e o aumento de famílias sem-teto. Trouxeram dois vereadores do PT, para discursar como eles “lutam” na Câmara para defender os sem teto.

Depois da concentração na Praça da Sé, foi feita uma passeata, com o trajeto que circulava a Praça até a Caixa Econômica Federal. Lá foi entregue uma carta, pedindo a liberação da verba dos projetos já em andamento. Em seguida, os sem-teto (que eram poucos) foram dispensados, com a ideia de que daqui 20 dias irão fazer outro ato, para buscar as respostas.

O Partido Operário Revolucionário interveio com o panfleto Nossa Classe. A direção do ato tentou impedir a fala do partido, mas não conseguiu.



Eis a essência do pronunciamento do POR.

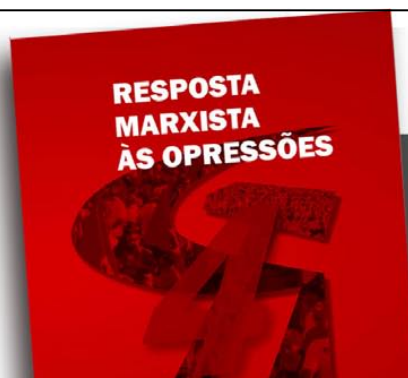
Companheiros, pagar o aluguel, comprar um botijão de gás e a comida não está fácil. Os preços explodiram. Os capitalistas e seus governos se aproveitaram da Pandemia para demitir e cortar salários. E nós continuamos divididos diante deste ataque brutal às nossas vidas. Por isso, é preciso unir todos os Sem Teto com a Classe Operária, para impor aos governantes e os patrões um plano emergencial por emprego, salários, pelo fim dos despejos e pela construção imediata de moradias populares.

Não devemos acreditar que governos, deputados, vereadores e juizes nos dêem alguma coisa. É preciso fazer aquilo que sabemos, que é ocupar, para arrancar nossas reivindicações. É preciso unificar as lutas, nas ruas, pelas reivindicações mais sentidas dos explorados.

**Publicado o livro:**

## RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

**As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social.** As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



**R\$ 35**

**ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR**

**São Paulo, Litoral Norte****Assembleia do Sintricom/trabalhadores terceirizados  
Superar o corporativismo sindical**

No dia 17/07, foram convocados os representantes do Fórum Sindical – LN a participarem de uma assembleia, no dia 19/07, nos portões da UTGCA em Caraguatatuba. O chamado veio da subsele da CUT regional do Vale do Paraíba, para apoiar o SINTRICOM, que representa os trabalhadores terceirizados na região. No chamado, não havia o ponto de pauta, apenas o informe de que seria uma assembleia com todos os trabalhadores terceirizados.

No passado, o histórico do SINTRICOM na região foi bastante conturbado. Em momento de lutas anteriores na UTGCA, contavam com uma direção gangsteril e com “bate paus”, não tinham o apoio do Sindipetro-LP, que representam os trabalhadores efetivos da Petrobrás. Neste ano, sob nova direção, houve uma aproximação dos dois sindicatos, que passaram a fazer assembleias no mesmo dia, porém, mantendo pautas distintas. Nas assembleias, há momento de falas em conjunto, mas as pautas para os trabalhadores são discutidas em separado.

Na assembleia do dia 19/07, não houve a “atrasadinha”

tradicional dos trabalhadores efetivos, para aderirem à assembleia dos terceirizados. Participou um representante do Sindipetro-LP, que deu início à assembleia, com uma fala que se resumiu aos cuidados com a Pandemia e ao processo atrasado de vacinação. Nada foi falado sobre o avanço das privatizações e precarização dos terceirizados.

A assembleia convocada para o dia 19/07 tinha como pauta a “blindagem” do atual presidente do Sintricom, Marcelo Rodolfo, acusado de corrupção, sem apresentar provas pela direção anterior do sindicato. Se há indícios, são os trabalhadores que devem apurar e julgar. Caso contrário, a corrupção é usada por disputa de aparelho, no caso, o sindicato.

Na sequência, foi concedida a fala ao POR, que fez a defesa geral dos empregos, salários e vacinação universal, bem como a importância de se enfrentar a burguesia e os patrões com as reivindicações e métodos próprios dos trabalhadores, e da importância de se unificar a luta em torno de um mesmo método, com um programa próprio da classe operária. Também houve a distribuição do Boletim Nossa Classe.

**Intervenção do POR**

Sou membro do Fórum de Sindicatos e Movimentos Sociais do litoral Norte. Tem sido importante a unidade desse sindicato com o dos petroleiros. Quem divide os trabalhadores entre efetivos e terceirizados são os capitalistas. A divisão em inúmeros sindicatos de trabalhadores só serve à burguesia e aos governantes. Serve para impor salários diferenciados para a mesma função, serve para evitar a unidade na campanha salarial, serve para rebaixar o valor da força de trabalho e serve, no nosso caso, para avançar a privatização da Petrobrás e distribuidoras. Então, o papel da direção sindical é fortalecer a unidade, para fortalecer a luta. Daí a importância das assembleias unificadas, entre os trabalhadores efetivos e terceirizados.

Outro ponto importante é entender o que se passa no país. Compreender que estamos atravessando uma crise econômica e pandêmica. Um país que tem 19 milhões de trabalhadores passando fome, e mais de 100 milhões na chamada “insegurança alimentar”, que não podem ter as refeições necessárias. Nós, trabalhadores, sabemos que isso significa pobreza e miséria. Muitos de nós aqui conhecemos de perto o que é viver na pobreza. Está aí por que temos como principal campanha a luta pelos empregos, salários e direitos trabalhistas. Não podemos aceitar que o número de desempregados e subempregados seja maior que o de empregados. Que hoje temos trabalho, e amanhã podemos ser demitidos. Então, é fundamental que as direções sindicais e políticas convoquem as assembleias presenciais, e organizem a luta por essas reivindicações.

Não posso deixar de dizer que o crescimento do desemprego provocou um aumento de pessoas e famílias morando nas ruas, basta ver o que vem ocorrendo em Caraguatatuba. Também um aumento de ocupações de terrenos. E os governantes têm respondido com os despejos. É importante que, em nosso programa de reivindicações, façamos a defesa das moradias.

Também temos de estar unidos contra o plano de privatização do governo. Acabou de entregar a Eletrobrás, prepara a privatização dos Correios, e quer acabar com o que resta da Petrobrás. Então, companheiros, todos aqui conhecem o que é privatização e o que é terceirização. Terceirização e privatização, é salário mais archoado, é acidente de trabalho, é matar o trabalhador, e fazer com que o sangue dele se reverta no lucro do patrão. É por isso que a obrigação das direções, da CUT, de todas as centrais sindicais, é erguer os trabalhadores para lutar contra a fome, para lutar contra essas privatizações e, sobretudo, para lutar em defesa do emprego. As manifestações nacionais que vêm ocorrendo no país estão voltadas ao impeachment de Bolsonaro. As reivindicações dos trabalhadores só têm servido para os discursos. A experiência já mostrou com o impeachment de Collor e Dilma, que apenas serviu para trocar um governo burguês por outro, que continuará impondo ataques aos trabalhadores. A verdadeira democracia é quando quem elege pode retirar o eleito, isso é a revogabilidade do mandato.

Por isso, companheiros, o POR vem intervindo nessas manifestações, empunhando as reivindicações de defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas, moradias e vacinação para todos. Vem defendendo que as direções sindicais e políticas convoquem as assembleias e constituam os comitês de base, para defender nas ruas o programa próprio emergencial dos explorados. É na luta pelas necessidades imediatas que os explorados avançarão em defesa de uma estratégia própria de poder, que para nós é o governo operário e camponês.

Concluo minha fala, convocando os trabalhadores para as manifestações de 24 de julho. Para erguerem bem alto as nossas reivindicações de emprego, salário, moradia, e contra as privatizações e contra a reforma administrativa, que está por vir.

# **Abaixo a privatização dos Correios e o entreguismo do governo antinacional e antipopular de Bolsonaro!**

*Em defesa da luta dos povos indígenas contra o governo e os capitalistas!*

*Que as manifestações dos dias 13 e 16 de julho sirvam para reorientar as grandes manifestações pelo “Fora Bolsonaro” em defesa das necessidades dos trabalhadores!*

*Por um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, organizado a partir das assembleias de base!*

12 de julho de 2021

O governo Bolsonaro, através do Ministério da Economia, de Guedes, lançou novo plano de privatização dos Correios, que prevê venda de 100% da estatal. O projeto foi colocado na pauta da Câmara por Lira, criando a previsão de votação até meados de agosto. O que será votado agora é o fim da “área de reserva”, popularmente chamado de quebra do monopólio estatal. Em seguida, o Ministério da Economia fará o lançamento do edital de venda, previsto para o fim do ano, e conclusão da operação, com leilão, até março de 2022.

O argumento do governo, de que os Correios, por ser uma estatal, é ineficiente, falsifica descaradamente. Há dois motivos verdadeiros: 1) atender os interesses de investidores, que veem na empresa uma fonte de alta lucratividade; 2) utilizar o montante da venda para sustentar o parasitismo da dívida pública. A privatização de uma empresa lucrativa, como a ECT, que, só em 2020, deu lucro de R\$ 1,5 bilhão (84% de crescimento na Pandemia), só pode ser explicada encontrando as raízes de classe da privatização.

Para tentar reduzir a resistência dos ecetistas, o relator incluiu, no parecer, a estabilidade dos funcionários por 18 meses, depois da privatização, e PDV. Aos que se decidirem pelo plano de demissão voluntária, o pedido poderá ser feito até 180 dias depois da privatização. Esses trabalhadores receberão indenização de 1 ano de salário, e manutenção do plano de saúde no mesmo período, além de entrarem em um programa de requalificação. Como podemos ver, uma migalha, que na atual situação de mais 14 milhões de desempregados, 33 milhões de subempregados, colocará uma parcela considerável dos ecetistas em situação de miséria, muito rapidamente. O tal programa de requalificação é um embuste, muito usado pelas patronais, que demitem em massa e iludem os trabalhadores com a panaceia da requalificação, como se os milhões de desempregados só estivessem nessa situação por falta de formação, e não pelo desemprego estrutural do capitalismo em decomposição.

A sanha privatista de Bolsonaro/Guedes vê em empresas como a ECT e a Eletrobrás, o caminho para manter a governabilidade, através da entrega ao grande capital imperialista. O certo é que a atual investida do capital sobre os serviços de entrega tem origem no crescimento e pressão do setor de varejo virtual, cujo principal representante é a monopolista Amazon, recebendo grandes investimentos para tornar as entregas mais aceleradas. A logística é parte fundamental da realização do lucro dos capitalistas deste setor. Assim, ampliariam, no Brasil, sua base de valorização de capital, abocanhando uma parcela maior da mais-valia do setor produtivo. Como se vê, as privatizações ocorrem sob a ofensiva do imperialismo sobre o Brasil semicolonial.

Entre agosto e setembro de 2020, os trabalhadores dos Correios fizeram uma grande greve, de mais de um mês, contra a ameaça de privatização, e em defesa do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Os trabalhadores ficaram entre a inflexibilidade do governo e a incapacidade política das direções, que limitam-se ao

corporativismo e à subordinação da luta às pressões parlamentares. O movimento esteve condicionado à orientação geral de passividade, vinda das centrais sindicais, que não unificaram a luta com outros setores, e se negaram à convocação de um Dia Nacional de Luta, em defesa dos direitos dos ecetistas. A derrota veio na forma de corte de diversas cláusulas do ACT, significando maior exploração e rebaixamento do valor da força de trabalho. Na ocasião, o POR defendeu que a greve deveria avançar para a unificação e radicalização dos métodos, ocupações, bloqueios, piquetes, etc. Sem dúvida, uma vitória, naquela ocasião, colocaria a luta atual em outro patamar.

Neste momento, o movimento enfrenta um impasse. A Frente “Fora Bolsonaro”, união das frentes “Povo Sem Medo” e “Brasil Popular” e outras organizações, marcaram os dias 13 e 16 de julho como preparação para o dia 24, dia de mobilização nacional pelo “Fora Bolsonaro”. O impasse aí está no fato das manifestações serem contraditórias em seus conteúdos. As grandes manifestações pelo “Fora Bolsonaro”, nos dias 29 de maio, 19 de junho e 3 de julho, progressivamente foram revelando seu verdadeiro caráter: mobilização massiva para pressionar o parlamento pelo impeachment. Particularmente, a antecipação de um ato que estava marcado para 35 dias depois do 19 junho, para 3 de julho, devido a novos escândalos, envolvendo o governo Bolsonaro na compra de vacinas, revelou de forma mais clara que a bandeira de “Fora Bolsonaro” das direções não passava (e não passa) da defesa da troca de um governo burguês por outro, seja pelo impeachment, seja pelas eleições. Já as manifestações do dia 13 e 16 de julho; contra as privatizações e pela defesa dos povos indígenas, no 13; e por moradia, no 16; se colocam por reivindicações urgentes, que fazem parte de um programa próprio dos explorados. Estão em oposição, pois, não se resolvem por saídas parlamentares e eleitorais, mas sim através da luta de classes, através da ação direta e organizada dos trabalhadores. A luta pelo “Fora Bolsonaro”, com o conteúdo que tem sido dado pelas direções majoritárias, desvia a luta pelas necessidades mais sentidas dos trabalhadores, empregados e desempregados. Contudo, a mudança na orientação das manifestações contra o governo depende, principalmente, da atuação da classe operária organizada, carregando um programa de reivindicações emergenciais, e utilizando seus próprios métodos.

É flagrante o ódio das massas pelo governo Bolsonaro e toda decomposição que ele representa, mesmo parte da mídia burguesa tem feito questão de mostrar que sua popularidade cai vertiginosamente. As massas identificam o governo com os quase 600 mil mortos pela Pandemia, com o desemprego elevado, com o exército de famintos, que se forma em todos os cantos do país, com a devastação do meio ambiente, com a grilagem e ataques às terras indígenas, e tantos outros problemas. Os partidos reformistas e centristas se aproveitam dessa revolta, para canalizá-la para



a saída institucional de troca de um governo burguês por outro, através do impeachment ou eleições. Dessa forma, abandonam concretamente a luta pelas reivindicações mais sentidas dos explorados, que é a luta pelos empregos, pelos salários, pelos direitos, contra a carestia de vida, contra as privatizações, pelas moradias, etc. Assim, se negam a combater as privatizações e defender a reestatização de todas as empresas desnacionalizadas, como parte da luta anti-imperialista e de defesa da economia nacional.

O POR tem insistido que existem duas políticas colocadas no movimento atual, a da conciliação e saída burguesa para a crise, e a política proletária, que se apoia na luta de classes. A luta contra as privatizações, contra os ataques aos povos indígenas e por moradia, que encabeçam as manifestações do dia 13 e 16 de julho, fazem parte do programa próprio dos oprimidos contra o governo e a burguesia. Este programa inclui a defesa dos empregos e dos salários, através da bandeira de divisão das horas de trabalho entre todos os aptos a trabalhar, redução da jornada sem redução de salários, e escala móvel de reajuste dos salários, de acordo com a elevada carestia de vida. Este programa se coloca pela defesa

dos direitos, pela vacinação imediata e universal, priorizando os pobres e miseráveis, contra os despejos e por moradia para todos, etc. Esse programa só pode ser defendido através da ação direta das massas, não por métodos estranhos ao proletariado, como impeachment, que precisa da maioria do parlamento corrupto, além do aval das Forças Armadas e STF.

O Partido Operário Revolucionário defende que é pela organização da classe operária, da juventude oprimida e dos demais trabalhadores que se potencializará a revolta da maioria oprimida. Que as manifestações de 13 e 16 de julho empunhem bem alto as bandeiras de defesa da vida das massas. Que a classe operária atue de forma organizada e combativa, com seu plano próprio de emergência, e rejeite o desvio de sua revolta, e das massas em geral, para as saídas burguesas em alianças nefastas com nossos inimigos de classe, que apoiaram e apoiam Bolsonaro em suas principais medidas de ataques aos pobres e miseráveis. Que as centrais sindicais e movimentos convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, organizado a partir das assembleias presenciais nas fábricas e demais locais de trabalho.

Boletim Nossa Classe, do Partido Operário Revolucionário

## Unidade dos movimentos sem-teto, para lutar por moradias, empregos e salários

A cada dia, mais e mais famílias não conseguem pagar os aluguéis. Não por acaso, aumenta o número de sem-teto, moradores de rua e favelas. Em São Paulo, a capital mais importante do país, cerca de 20.000 pessoas vivem nas ruas. Hoje, famílias inteiras se abrigam em barracas no centro da cidade. São 391.939 domicílios, em 1.733 favelas. E o número de ocupações de terrenos e prédios públicos também não para de crescer. Dois exemplos: em pouco mais de dois meses, surgiram duas grandes ocupações na Zona Leste de São Paulo. A primeira, denominada Carolina Maria de Jesus, no Jardim Iguatemi, dirigida pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), reúne 10 mil pessoas. A segunda, em Itaquera, dirigida pela Frente de Luta por Moradia, que já agrega outras centenas de famílias.

A proliferação das ocupações tem como causa o crescimento do desemprego, as demissões e as dificuldades até de se arranjar “bicos” de trabalho. O custo de vida explodiu. As famílias têm muita despesa no gás, luz, água e transporte. A imensa maioria dos trabalhadores sobrevive do subemprego, com um ou menos de um salário mínimo de fome. Está aí por que o número crescente não consegue pagar o aluguel. Vemos que muitas famílias sequer conseguem custear um barraco nas favelas e cortiços, e a alternativa é se integrar aos movimentos de sem-teto. Com o avanço da crise econômica, que se agravou com a Pandemia, os capitalistas aproveitaram para demitir e cortar salários. Os governantes, por sua vez, se mostraram incapazes de proteger a população pobre. E o auxílio emergencial do governo, em média R\$ 250,00, não compra metade de uma cesta-básica. Esse é o motivo do avanço da fome, e da miséria se alastrar.

Os dirigentes dos movimentos, sob a pressão dos ocupantes, vêm recorrendo aos governos, no sentido de cumprir as promessas de construção de moradias populares. Durante a Pandemia, foi aprovado, na Assembleia Legislativa de São Paulo, um projeto que proibia os despejos. No entanto, não serviu para impedir os despejos de sem-teto. A situação se tornou insustentável, com os cortes de recursos às moradias, aprovados pelos governantes e Congresso Nacional. A demagogia de Bolsonaro, de substituir o projeto petista “Minha Casa Minha Vida” pela “Casa Verde Ama-

rela”, logo mostrou sua farsa. Lembremos, também, que o prefeito de São Bernardo e o governador, ambos do PSDB, haviam feito um acordo com o MTST, em 2018, de construir moradias para os milhares de sem-teto, que tinham ocupado o terreno ao lado da Volks, mas, para a grande maioria, não passou de letra morta.

Como se vê, os sem-teto não podem ficar na dependência de promessas governamentais e de projetos de deputados contra os despejos. Para isso, o caminho é o de romper a divisão dos movimentos. Hoje, são dezenas de movimentos, cada um com sua ocupação, e tendo de enfrentar a violência da polícia nas ações de despejos. A iniciativa de realizar uma manifestação de sem-teto, reunindo os vários movimentos, deve ser um ponto de partida para a luta com os demais trabalhadores, que também sofrem com o desemprego, subemprego e perdas de direitos trabalhistas. Não pode, assim, se transformar em um “esquenta” para as manifestações de 24 de julho. Os milhares de sem-teto não podem ser arregimentados para os interesses eleitorais. É um erro acreditar no Congresso Nacional, nos senadores e deputados, para derrubar Bolsonaro por meio do impeachment. A luta dos sem-teto por moradia deve fazer parte do programa próprio de reivindicações dos explorados. Isolados e mantidos corporativamente, a luta dos sem-teto não tem como garantir a reivindicação de construção imediata de moradias populares.

O POR trabalha para que a luta por moradia faça parte da luta geral da classe operária, pelos empregos, salários, direitos trabalhistas e saúde pública. Defende que as direções sindicais e políticas convoquem as assembleias presenciais, e constituam os comitês de base, para unir empregados e desempregados, e unir a família trabalhadora pobre, com moradia e sem moradia. Somente uma poderosa unidade dos explorados terá força para conquistar as moradias, e impor o direito ao trabalho, e um salário digno a todos.

***Unificar todos os movimentos pela moradia, em uma só força! Organizar uma grande manifestação, unificada, em defesa do direito à moradia, ao emprego e aos salários!***

**Ceará**

# Medidas de Camilo/PT não passam de paliativos

A crise econômica tem atingido com severidade o Ceará. O PIB estadual caiu 3,56%, em 2020. O desemprego atingiu o pico de 15,1% da PEA, no fim de maio, com mais de 549 mil desempregados formais. O número de “desalentados” chegou a 466 mil, segundo o IBGE. O número de empregadores caiu 6,8%, e o de trabalhadores por conta própria, 6,1%. Os jornais noticiam que, em maio, o número de empregos gerados com carteira assinada não ultrapassou as 4,3 mil vagas. Tudo indica que os números de junho, a serem disponibilizados, não estarão muito acima.

***A resposta proletária à crise implica, em primeiro lugar, a luta por medidas nacionais de combate à recessão.***

Para o governo, a situação será revertida com o avanço da vacinação (em Fortaleza são mais 50% da população com a 1ª dose, mas, em todo o estado, não passam de 16%) e medidas de estímulo econômico. Se é certo que a crise pandêmica foi a responsável direta pelo recuo acentuado do PIB, também é certo que apenas impulsionou uma tendência recessiva, que já dava sinais claros há algum tempo. Os secretários de Camilo se gabam do fato de que a boa situação fiscal do estado, e a exemplar condução da crise sanitária por parte do governo, foi a responsável por fazer com que o PIB estadual caísse menos que o nacional (-4,1%). Escondem, contudo, a impotência geral do governo em salvar vidas (até 20/07, eram mais de 23 mil mortes e 910 mil infectados, no Ceará), e assegurar o que comer aos mais pobres e desempregados. A oposição bolsonarista aproveitou os decretos de fechamento do comércio para atacar Camilo, acusando-o de quebrar a economia e aumentar o desemprego, mas não tem mais do que perdido posições, acompanhado o declínio da popularidade do presidente da República.

Nos últimos dias, Camilo lançou um pacote de medidas visando a incentivar a retomada econômica. Como de costume, anunciou com alarde, no dia 19/07, o programa *Ceará Credi*, um programa de crédito com fins de injetar R\$ 100 milhões em empréstimos para microempresários formais e informais, autônomos e agricultores familiares. Estes terão uma linha de crédito

de R\$ 500 a R\$ 5.000, para incrementar ou abrir seu negócio. No dia seguinte, foi a vez do programa *Mais Emprego Ceará*, onde o governo se compromete a fazer um acordo com empresas exclusivamente do ramo de comércio e serviços, para pagar 50% dos salários dos novos trabalhadores contratados, perfazendo um total de 100 empregados/empresa, e visando a alcançar a geração de 20 mil empregos com carteira assinada. A duração do programa será de 6 meses, devendo as empresas inscritas manterem o emprego dos contratados por, ao menos, mais 3 meses, além do prazo de encerramento.

As ações do governo foram bem recebidas por empresários, especialmente os da federação do comércio. Ao todo, mais de R\$ 160 milhões fluirão para seus

cofres. O governo petista ajuda a salvar as empresas do setor, alegando gerar empregos, numa iniciativa muito similar à de Bolsonaro, com sua carteira de trabalho Verde e Amarela. Os 20 mil postos a serem criados são insignificantes perto do mar de desempregados e desalentados, que somam quase 1 milhão de pessoas. Tais medidas paliativas são as únicas que sobram para um governo burguês. A crise econômica dos estados é apenas a expressão localizada da crise nacional que, por sua vez, é parte inseparável da crise mundial capitalista. E esta tem por base o bloqueio e a desintegração mundial das forças produtivas sob as relações monopolistas de produção.

A resposta proletária à crise implica, em primeiro lugar, a luta por medidas nacionais de combate à recessão. Os trabalhadores, em todos os estados, devem rejeitar as medidas paliativas locais, inócuas, e que servem ao desmonte da luta nacional contra o desemprego, a superexploração, em defesa dos salários e direitos trabalhistas. O POR luta no interior da classe operária e demais explorados pela escala móvel (redução da jornada de trabalho, sem redução de trabalho); pelo salário mínimo vital e um auxílio emergencial do mesmo valor, capaz de manter dignamente uma família; pela anulação das reformas trabalhistas e previdenciárias; pela estatização dos bancos e desconhecimento da dívida pública. Eis o único programa de reivindicações capaz de enfrentar a crise e proteger a vida dos explorados.

**R\$ 15**

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

**LANÇAMENTO LIVRO**

## Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.

**POR**

**Marxismo**

Teoria e Programa

Nova Coleção Editorial



**Lições da Comuna de Paris**

*Março / Maio de 1871*



# NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!  
Sob o programa da revolução proletária!

Boletim Nossa Classe – julho

*Política Operária*

## Aberta a campanha salarial dos metalúrgicos da CUT

**Por uma campanha de luta, unitária, e que tenha claras as reivindicações de aumento salarial, garantia de empregos e reconquista de direitos trabalhistas**

A campanha salarial envolve 14 sindicatos de metalúrgicos vinculados a CUT, no estado de São Paulo. A primeira condição para uma campanha de luta é a de garantir a unidade em torno a uma pauta de reivindicações, que tenha como pontos principais o aumento salarial, a garantia de empregos, e os direitos trabalhistas.

A unidade deve ser mantida por meio de assembleias presenciais. É importante formar um comando unitário de campanha, eleito nas assembleias presenciais, com a participação de operários de base. Assim, estariam assegurados: 1) pauta

de reivindicações comuns; 2) democracia sindical; 3) comando unificado, submetido às assembleias presenciais.

*O Boletim Nossa Classe defende que a direção dos 14 sindicatos e a Federação Metalúrgica da CUT (FEM) não devem fazer uma campanha limitada às direções, desvinculada das assembleias presenciais e, por cima, dos operários das 14 regiões. Defende que se convoquem imediatamente as assembleias presenciais, para discutir a pauta de reivindicações, e como vai ser a luta para arrancá-las dos patrões, que não estão dispostos a ceder nada.*

## Recuperar o terreno perdido

A campanha salarial de 2021 deve estar voltada a recuperar o que os metalúrgicos perderam, e avançar em conquistas.

O que temos perdido: 1) perdas salariais; 2) acordos de demissão por meio do Programa de Demissão Voluntária (PDV); 3) aplicação da flexibilização capitalista do trabalho, por meio de layoff, banco de horas, etc.; 4) fechamento de fábricas; 5) aplicação das MPs 936 e 1045, nesse período de pandemia.

As assembleias devem fazer um balanço dessas perdas, que têm sido violentas. Eis as consequências dessas perdas:

1) enfraquecimento da capacidade de luta dos sindicatos; 2) redução constante de postos de trabalho; 3) precarização das condições de trabalho; 4) avanço da terceirização em relação ao emprego contratado diretamente pela empresa; 5) aumento do exército de desempregados.

*O Boletim Nossa Classe defende que, sem que as assembleias presenciais discutam a destruição de antigas conquistas dos metalúrgicos e da classe operária como um todo, não é possível fazer uma campanha salarial classista e de luta. Por isso, é preciso convocar a assembleia geral presencial, e eleger o comando unificado.*

## Firme defesa dos salários, empregos e direitos trabalhistas

O aumento do custo de vida vem derrubando a capacidade de compra dos salários. O salário mínimo de R\$ 1.100,00 não dá para nada. Assim, se vem rebaixando o valor geral da força de trabalho. Basta ver o que os metalúrgicos ganhavam no passado, para comprovar o enorme retrocesso salarial. Cabe aos sindicatos apresentar essas perdas salariais. Para isso, conta com os cálculos do Dieese.

Para se ter uma campanha salarial séria e de luta, é obrigatório defender o índice de reposição salarial e de aumento real. De nada adianta a direção sindical dizer que “há condições de buscar um bom aumento salarial”, sem ter aprovado nas assembleias o índice de reposição e de aumento real.

Sobre os empregos, também é preciso ter uma reivindicação clara, aprovada em assembleias presenciais. No passado, os sin-

dicatos defendiam a redução da jornada, sem reduzir os salários e estabilidade no emprego. É preciso, urgentemente, voltar a essa luta. Tem um agravante que faz parte da defesa dos empregos e salários, que é a terceirização. A nossa campanha deve aprovar e lutar pelo fim de toda a terceirização e efetivação dos terceirizados pelas fábricas. As reivindicações de redução de jornada sem reduzir salários e estabilidade são uma poderosa arma contra as demissões, a terceirização, o trabalho home office, etc. É uma arma inclusive contra os acordos de PDVs.

*O Boletim Nossa classe defende que os sindicatos combatam com toda energia o rebaixamento salarial, a destruição de postos de trabalho, e a aplicação da maldita reforma trabalhista de Temer e Bolsonaro.*



## **Não à privatização dos Correios! Que as centrais lutem de verdade contra as privatizações**

Está para ser aprovada no Congresso Nacional, a entrega total dos Correios a poderosos grupos econômicos. A classe operária e os demais trabalhadores não devem permitir.

O **Boletim Nossa Classe** defende que as centrais e sindicatos organizem manifestações em todo o país contra as privatizações, e pela estatização das empresas que já passaram

para as mãos dos exploradores, como é o caso mais recente da Eletrobrás. *As privatizações acabam provocando demissões, rebaixamento salarial, avanço da terceirização e aumento das tarifas. É preciso incorporar nas manifestações a defesa da bandeira de fim das privatizações e reestatização, sob o controle operário.*

## **Todo apoio à formação de oposições sindicais**

Alguns metalúrgicos da Volkswagen SBC informaram ao **Boletim Nossa Classe** que estão se organizando para a criação de chapa “Opção Democrática”. O objetivo inicial é o de defender que a Comissão de Fábrica seja independente e de luta. Dizem que, há muito tempo, não se têm, na Volks, eleições democráticas. O critério de formar o “Chapão”, que se forma por indicação, acabou com a liberdade de participação de operários de base. O “Chapão” acaba sendo um instrumento da direção do sindicato; assim, tem de seguir ordens. Os or-

ganizadores da chapa “Opção Democrática” dizem que estão apenas começando a se organizar em defesa da democracia sindical.

*O Boletim Nossa Classe apoia essa iniciativa. Sem dúvida, hoje, o grande problema do sindicalismo é o da burocratização, do autoritarismo, e da ausência de livre expressão e organização de grupos opositores. Sem a democracia das assembleias e das eleições sindicais, não se pode organizar e fortalecer a classe operária diante do patronato.*

### **Denúncia**

## **Ataque ao direito de expressão, manifestação e distribuição do Boletim Nossa Classe**

Os operários conscientes e politizados devem exigir dos sindicatos a liberdade de distribuição dos boletins, manifestos, etc., que defendam: 1) os empregos, salários e direitos trabalhistas; 2) a democracia sindical; 3) o direito de constituir oposição sindical; 4) a liberdade de divulgar as ideias em favor dos explorados. E que lutam contra: 1) os ataques dos patrões aos direitos trabalhistas e às condições de vida dos assalariados; 2) as medidas dita-

toriais e antidemocráticas dos governos; 3) as medidas antinacionais e antipopulares que saem do Congresso Nacional, a exemplo das privatizações.

Quando um dirigente sindical sai de dentro da fábrica para dizer que o **Boletim Nossa Classe** não pode ser distribuído, e ameaça usar a violência contra os distribuidores, está servindo de cão de guarda do patrão.

Quando os seguranças das fábricas

vêm proibir a distribuição do **Boletim Nossa Classe**, estão sendo pagos para servir os interesses dos patrões, que não admitem o direito democrático de expressão da classe operária.

*O Boletim Nossa Classe vem sofrendo esses tipos de ataques, justamente porque defende a organização da classe operária, para combater pelas suas condições de existência, e para se emancipar da exploração e opressão capitalistas.*

## **Todos às ruas no dia 24 de julho!**

Milhares de trabalhadores e jovens saíram às ruas para lutar contra o governo Bolsonaro. O **Boletim Nossa Classe** faz parte dessa luta. Tem defendido que as manifestações se coloquem por um pro-

grama próprio da classe operária e dos demais explorados. Tem defendido que os sindicatos organizem a classe operária para lutar pelos empregos, salários e direitos trabalhistas; e contra a pobreza,

miséria e fome da maioria oprimida.

*O Boletim Nossa Classe convoca os trabalhadores a fortalecer o campo de luta pelas reivindicações que de fato protegem a vida dos explorados.*

## **Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário**

ACESSE O NOSSO CANAL:

**anchor.fm/por-massas**

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast *Massas*, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO  
REVOLUCIONÁRIO**

## Boletim Nossa Classe – Rodoviários de Recife

**Rodoviários de Recife em Campanha Salarial: Responder aos abusos da patronal com uma greve rocheda****Unir a categoria para lutar por aumento salarial, a estabilidade no emprego e os direitos que foram perdidos na Pandemia!**

Os rodoviários aprovaram, na assembleia de 30 de junho, as reivindicações da campanha salarial. A proposta da direção do sindicato (PSOL/Resistência), de 8,6% de reposição, 8% de ganho real e ticket alimentação de R\$ 450,00, foi aprovada. Não foram aprovados, porém, os métodos para arrancar essas reivindicações dos patrões. O que disse a direção à categoria? “Vamos ficar atentos sobre qual será o retorno ou postura dos patrões perante as nossas exigências”. É o famoso “me enrola que eu gosto”.

Passados 19 dias, na primeira reunião de negociação, o que fez a patronal? Propôs jogar a discussão sobre a campanha salarial para janeiro de 2022. Nenhuma surpresa. A exploração das empresas não tem limites.

**Proposta da direção é de salário de fome**

A proposta da direção, de 8% de ganho real e ticket alimentação, mantém os trabalhadores ameaçados pela fome. Se a patronal aceitar isso, os salários irão variar de R\$ 1.291,04 (cobrador) a R\$ 2.792,21 (motorista). O ticket é usado como um complemento do salário, porém, além de insuficiente, não conta para a contribuição a Previdência. O Dieese calcula que o salário mínimo deveria ser de R\$ 5.330,69. As pesquisas recentes, que mostraram o crescimento da fome no Brasil, indicam que apenas os domicílios com rendimento de um salário mínimo por pessoa estão livres da fome ou de sua ameaça. O preço dos alimentos, gás e tarifas públicas está nas alturas. *O Boletim Nossa Classe defende que a categoria calcule na assembleia o salário que de fato corresponde a suas necessidades, o salário mínimo vital, com reajuste automático, conforme a inflação.*

**Abaixo a dupla função dos rodoviários!**

Uma das principais perdas dos rodoviários foi a implementação da maldita dupla função, com demissão massiva dos cobradores. Os motoristas que se negam a dirigir e cobrar são ameaçados de demissão. A ABIRPE começou a fazer cursos para os cobradores virarem motoristas, e o sindicato correu atrás, fazendo o mesmo. Essa prática mostra o abandono dos demitidos. *O Boletim Nossa Classe defende uma campanha salarial classista e de luta, pela readmissão dos demitidos durante a Pandemia. Pelo fim da dupla função.*

**Por uma greve ativa e democrática**

Campanha salarial de verdade não tem só reivindicações, tem de ter a participação ativa da base na definição dos métodos de luta. A direção promete convocar uma assembleia, mas nem diz a data. Não há tempo a perder. A direção diz que vai colocar nas mãos da categoria as decisões, mas não há motivos para confiança. Desde que assumiu, houve graves decisões sem a participação da categoria, como a aplicação da MP que reduziu

salários, ou a suspensão da greve, em dezembro de 2020, para garantir as compras do Natal.

Para frear a exploração patronal, não há outro caminho, a não ser deflagrar uma poderosa greve. Como dizem os guarás, uma greve “rocheda”. A direção, porém, mais de uma vez blefou com a greve, foi assim do Carnaval ao Natal. Por isso, a categoria tem que tomar as rédeas dessa greve. *O Boletim Nossa Classe defende que a assembleia eleja um comando de greve, com companheiros firmes da base.*

***Os longos processos judiciais fazem com que o desespero leve os trabalhadores a assinarem acordos prejudiciais. A falta de luta coletiva permite aos patrões fraudar as poucas decisões judiciais favoráveis aos trabalhadores.***

**Rejeitar o caminho das ilusões nos políticos e judiciário. Confiar nas forças da categoria!**

A luta contra a dupla função mostrou que o método de luta jurídico-parlamentar do PSOL, que deixa a categoria passiva, só leva à derrota. A Lei contra a dupla função só serviu de distração. Os políticos brincaram de aprovar, no período de eleições municipais, para, em seguida, taxar de inconstitucional, atendendo os interesses dos capitalistas do transporte. Os longos processos judiciais fazem com que o desespero leve os trabalhadores a assinarem acordos prejudiciais. A falta de luta coletiva permite aos patrões fraudar as poucas decisões judiciais favoráveis aos trabalhadores.

As assembleias devem fazer um balanço das perdas da categoria e dos métodos de luta utilizados pela direção do sindicato. Pois, estas questões trazem consequências, como: 1) falta de confiança da categoria na direção do sindicato; 2) enfraquecimento da capacidade de luta dos trabalhadores; 3) superexploração dos rodoviários; 4) continuidade das demissões; 5) aumento do exército de desempregados.

A patronal tem muitas armas em suas mãos, o governo Paulo Câmara é cúmplice, e o judiciário se dobra ao poder econômico. Desde já, é preciso saber que a “Justiça” vai fazer de tudo para impedir as assembleias nas garagens e greve. A falta de firmeza da direção expôs os trabalhadores ao corte de ponto, em dezembro. É preciso aprender com essa experiência. *O Boletim Nossa Classe defende que o movimento deve ganhar as ruas, exigir apoio das centrais, sindicatos e movimentos. Estar preparado para erguer os piquetes, e não voltar ao trabalho, até que as reivindicações sejam atendidas. Se houver muitas, cortes de ponto ou perseguições, manter o movimento, até anular as punições e arrancar na unha a liberdade de greve e organização.*

## **Boletim Nossa Classe – Rio Grande do Norte**

O Boletim, que está sendo distribuído nas fábricas, abre com o chamando à manifestação no dia 24 de julho. Levanta a bandeira: Por um movimento nacional em defesa dos empregos, salários, direitos e vacinação!

Traz uma nota sobre a Fábrica Bonor Botões, que concedeu um reajuste salarial de 5%, um valor abaixo da inflação, que, em 12 meses, já bate os 9,22%. Os preços dos produtos de primeira necessidade estão nas alturas, e os 5% não reporão as perdas. Denuncia que a empresa fechou o refeitório, e sequer garantiu vale-alimentação ou vale-refeição aos trabalhadores. O vale-transporte, um direito garantido em lei, é também negado pela empresa. Como vemos, a exploração é grande. O único caminho é a luta. Daí a necessidade da organização e a unidade dos trabalhadores para enfrentar o patrão.

O Boletim denuncia a precarização do trabalho no setor petrolífero. Diz que as empresas terceirizadas 3R Petroleum e Potiguar E&P contratam os trabalhadores, com menos direitos e

menores salários do que os petroleiros efetivos da Petrobrás, embora realizem as mesmas funções. Está aí um dos efeitos nocivos da privatização da Petrobrás. O Boletim faz a campanha contra as privatizações, e faz a defesa da reestatização da Petrobrás e dos campos de petróleo vendidos. Defende que a extração, refino e distribuição do petróleo estejam sob controle operário.

Por fim, mostra a brutal exploração na fábrica Guararapes, do empresário direitista Flávio Rocha, dono da frase “taxar grandes fortunas reduz desigualdade, mas empobrece os ricos”. O milionário, para aumentar seus lucros, paga salários de fome, e suga a vida dos operários com as jornadas de trabalho estafantes. Nesse momento, instituiu o trabalho aos sábados até o final do ano. Diante de tamanha exploração, o Boletim levanta as reivindicações: 1) Nada de trabalho aos sábados! 2) Fim do banco de horas. Cancelamento de todo o débito de horas acumulado. As horas a mais que forem trabalhadas devem ser pagas como hora-extra; 3) Redução da jornada sem redução de salário; 4) Aumento salarial já!

## **Boletim Nossa Classe – Ecetista**

O Boletim Nossa Classe dos trabalhadores dos Correios, de julho, abre com a chamada: **“Sem luta e greve nacional, privatização dos Correios ocorrerá este ano! Organizar e participar do 24 de julho, erguendo a luta contra as privatizações, por emprego, salário e direitos trabalhistas!”**

Eis algumas passagens, que expõem o plano do governo Bolsonaro, e como responder a esse brutal ataque:

*“O atual governo prometeu em campanha eleitoral, fez estudos ao longo dos últimos dois anos, e agora está pronto para votar a privatização de 100% da empresa estatal. Para “adocicar” a entrega desse patrimônio, afirma que criará o programa de demissão voluntária (PDV), e criará estabilidade por 18 meses para os ecetistas após a venda. Medidas também muito evidentes do que ocorrerá em seguida: a venda da ECT representará aumento do desemprego geral, demissão de trabalhadores e aumento da exploração de trabalho para os que permanecerem.*

### **O que estamos esperando?**

*Em 2020, perdemos direitos do Acordo Coletivo de Trabalho e, para este ano, nenhum reajuste, e mais retirada de direitos é projetada, com a implementação do banco de horas. A privatização e a demissão em massa estão na porta. Por que nós não estamos em mobilização, organizando os comitês de luta locais, regionais, estaduais e nacional? Por que a greve de 2021 ainda não foi anunciada para barrar a privatização, o desemprego e a retirada de mais direitos?*

*Porque as direções sindicais, dos sindicatos locais e das duas federações, a FINDECT e a FENTECT, têm a mesma política: desgastar o governo, fazer pressão parlamentar e jurídica e aguardar o pior.*

*Os ecetistas precisam dar um BASTA nesta traição à luz do dia. Precisam organizar, em cada um dos locais de trabalho, Comissões de Mobilização, Comissões de Base, que organizem as assembleias locais, que organizem Comitês regionais, municipais, e comecem a luta imediatamente. Os pelegos da direção vão querer boicotar, mas é preciso independência dos trabalhadores, para defender seus salários, seus direitos e, sobretudo, seus empregos, neste momento em que a privatização está a ponto de ser aprovada”.*

A direção da FENTECT segue as orientações das Centrais Sindicais, que objetivam apenas desgastar o governo e, talvez, projetar o impeachment, que serve para sedimentar o caminho para os candidatos opositores em 2022. É uma tática eleitoral! Oposta aos interesses imediatos dos trabalhadores dos Correios, dos operários das fábricas, dos trabalhadores do comércio, do funcionalismo público, dos desempregados e da juventude oprimida.

O Boletim conclui, dizendo que é preciso: organizar os comitês de mobilização por local de trabalho! Organizar a mobilização para o dia 24 de julho! Organizar as assembleias para construir a greve da categoria! Contra a privatização dos Correios! Organizar um Dia Nacional de Luta e Paralisação!

## **Rondônia**

### **Campanha pela libertação dos camponeses presos**

Quatro jovens camponeses – Estefane, Ricardo, Ezequiel e Luiz Carlos, da Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia (LCP), do acampamento Manoel Ribeiro –, foram condenados à prisão, no dia 14/05, acusados de portarem armas. Sem provas, a justiça decidiu, na audiência do 29/06, a permanência na prisão.

O fato é que os jovens camponeses foram atacados pela polícia militar de Rondônia, na cidade de Chumpinguaia, onde fica localizada a fazenda Nossa Senhora Aparecida, que faz parte da fazenda Santa Elina, palco do massacre de Corumbiara.

O cerco aos camponeses pobres sem-terra se acirra, cada vez mais, no estado de Rondônia, que recebeu reforço de mais de 70 homens da Força Nacional, para atuar na “Operação Rondônia”.

Segundo o governador Marcos Rocha, essa operação militar tem como objetivo promover a paz no campo, e combater a criminalidade e invasões de terras. O governador, coronel bolsonarista, usa a imprensa para confundir a população, dizendo que se trata de grilagem de terra, a ação dos camponeses pobres. Na realidade, a grilagem de terra é praticada pelos latifundiários e madeireiros,



que expulsam os camponeses, indígenas e quilombolas, usando o terror, suas milícias e o aparato repressivo do governo. O governo criminaliza os militantes da LCP, procurando igualar a luta dos sem-terra com o maior desmatador da região Norte, Chauls Volban Pozzebon. Lembremos: Pozzebon possui 120 madeiras na região, e acumula riqueza fabulosa no estado, há mais de 20 anos, à custa do trabalho escravo, grilagem de terra para vender, e da

derrubada de florestas para sustentar as madeiras.

O POR faz uma campanha pela libertação imediata dos quatro camponeses presos. Exige que as direções sindicais e políticas organizem a luta pela libertação dos camponeses. Chega de passividade! Chega de atos eleitoreiros! Ganhar as ruas pelas reivindicações dos explorados e pela libertação imediata dos camponeses.

## Paraná

### Enfrentar a repressão aos movimentos e romper com o eleitoralismo

Comitê Unificado de Londrina é a denominação que as burocracias sindicais, populares e diversos “coletivos” da cidade deram à coordenação dos atos pelo “Fora Bolsonaro”.

Londrina – assim como Cascavel e Maringá – é um reduto bolsonarista, onde o atual presidente conseguiu mais de 80% dos votos, devido ao predomínio da atividade rural e a força social dos fazendeiros. O prefeito Marcelo Belinati (Progressistas) é vinculado ao governador Ratinho Jr. (PSD) e a Bolsonaro.

Por isso, não causa nenhuma estranheza que a Guarda Municipal, o Ministério Público e a PM se juntem para criminalizar as manifestações pelo “Fora Bolsonaro”.

Quatro militantes do Comitê foram responsabilizados pela organização do ato de 29 de maio, mediante um procedimento instaurado pelo Ministério Público (TCIP). Assim, já ocorreu uma audiência.

O Comitê então soltou uma nota de repúdio, na internet, dando sequência ao modus operandi (virtual), adotados pelas burocracias que a compõem, sob o pretexto da Pandemia.

Ao mesmo tempo, nas reuniões de avaliação dos atos, atacaram e denunciaram grupos autonomistas, acusando-os de provocadores, levando à ruptura destes com o Comitê Unificado. O “pecado” dos autonomistas é a crítica ao eleitoralismo, a que estão subordinadas as manifestações.

Esta subordinação à política burguesa impede que as massas exploradas, os desempregados, a juventude trabalhadora e os setores de fato populares irrompam no cenário da crise política e social com seus métodos. Devido à subordinação à política burguesa, estão ausentes as reivindicações elementares das massas, por emprego e salário, e o próprio Comitê não passa de uma superestrutura composta de superestruturas menores.

Por isso, também o “repúdio” que soltaram não tem o objetivo de levantar as massas trabalhadoras contra a crescente opressão político-policia, contra o acirramento do autoritarismo estatal. No fechamento do “repúdio”, se explicita o horizonte político dessas burocracias: “Nossa luta é coletiva! Continuaremos em defesa da democracia”.

Ao contrário dessa postura, na prática complacente com a repressão, o que cabe é uma campanha contra a repressão do estado, que denuncie o prefeito, o ministério público cúmplice do Bolsonaro e do governador. Campanha junto aos operários nas fábricas e oficinas, aos trabalhadores dos comércios, aos moradores nos bairros, mostrando a relação entre a necessidade de aumentar a exploração dos trabalhadores com o aumento da repressão estatal. Abaixo a repressão! Que as manifestações rompam a orientação eleitoreira! Por um movimento dos explorados em defesa dos salários e empregos!

## São Paulo

### Boletim da Corrente Proletária na Educação

O Boletim traz a convocatória para a manifestação de 24 de junho, em defesa das reivindicações vitais dos trabalhadores: emprego, salário, saúde e educação públicas, direitos trabalhistas e vacinação para todos. Diz que é preciso responder aos ataques dos governos com a luta massiva nas ruas. Levanta as bandeiras de: Abaixo a política de sucateamento e privatização da educação! Não ao fechamento de salas/turnos! Em defesa da EJA! E fim do Ensino a Distância! Exige que a direção da Apeoesp convoque imediatamente a assembleia presencial, para responder aos ataques de Doria, e para unificar a luta dos professores com os demais trabalhadores, violentamente atingidos pelo desemprego e subemprego.

O Boletim faz a campanha pela redução do número de alunos por sala de aula e abertura de todas que foram fechadas, principalmente para impor os projetos de escolas de tempo integral de Doria. Diz: “Nesse momento, diante da imposição do retorno às aulas presenciais em agosto, é mais do que urgente a convocação de assembleia presenciais, e a defesa da redução do número de alunos por sala de aula, no máximo 25 alunos”.

Por último, denuncia a transferência compulsória de funcionários com o fechamento de salas e imposição dos projetos privatizantes do governo.

## São Paulo

### Boletim da Corrente Proletária municipais

O Boletim mostra o descaso da direção do Sinpeem para com os trabalhadores da educação. Depois de 120 dias, numa intitulada “greve sanitária”, o governo publicou uma “instrução normativa”, que determina a reposição de aulas. Trata-se de uma reposição impraticável e punitiva, tendo em vista as condições das escolas e suas dificuldades de funcionamento aos sábados. Diante dessas medidas, a direção do Sinpeem mantém o sindicato de portas fechadas, e se recusa a convocar uma assembleia presencial para que os educadores possam aprovar a luta contra a reposição. E aponta a tarefa de exigir que a direção rompa com a passividade, e imediatamente convoque a assembleia, para que os trabalhadores da Educação possam responder coletivamente, nas ruas, a inúmeras medidas tomadas pelo prefeito e secretário da Educação, durante a Pandemia.

O Boletim faz também uma exigência à direção do Sinpeem, para que organize os trabalhadores da Educação para a participação na manifestação nacional de 24 de julho.

# Medida Provisória 1045/21 inclui ataques aos direitos trabalhistas

O governo Bolsonaro lançou uma nova tentativa de fazer aprovar a famigerada Carteira Verde e Amarela. Essa modalidade de contratação já havia caducado no Congresso Nacional, no ano passado. Tem como princípio modificar ainda mais as leis trabalhistas, permitindo aos patrões a contratação precarizada de trabalhadores, e a diminuição de encargos trabalhistas. Propõe que os patrões contratem jovens de 18 a 29 anos, com primeiro registro na carteira de trabalho, ou pessoas com 55 anos ou mais, e que estejam sem vínculo formal de emprego há mais de 12 meses.

O relator da MP 1045, que não trata da Carteira Verde Amarela, inclui esse tema de contrabando. A 1045 é relativa à reedição do “Novo” Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEM). Ou seja, a antiga MP 936 de redução de jornada e salário e suspensão de contrato, que vigorou até dezembro de 2020.

Os prejuízos dessa modalidade de contratação para os trabalhadores são enormes: 1) a contratação desses trabalhadores será feita por meio do Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego (Priore); 2) as empresas poderão contratar até 25% do total do seu quadro funcional; 3) Os trabalhadores demitidos só poderão ser recontratados na modalidade do Priore, pelo mesmo empregador, após seis meses da demissão; 4) O contrato sob o regime do Priore terá no máximo 24 meses de duração. Se ultrapassar este período, será convertido automaticamente em contrato por prazo indeterminado; 5) Reduz o recolhimento mensal do FGTS dos novos contratados pelo Priore, de 8% sobre o salário, para 2% (no caso de microempresa), 4% (empresas de pequeno porte) e 6% (demais empresas).

Essas regras de contratação têm como objetivo penalizar ainda mais os trabalhadores, que estão desesperados para conseguir um emprego. Aqueles que estão empregados serão pressionados a aceitar a exploração dos patrões, para que não sejam substituídos por trabalhadores pela Carteira Verde Amarela. Assim, é mais uma medida de ataque às condições de vida dos trabalhadores, que já vivenciam as medidas adotadas pela contrarreforma trabalhista, e pelo momento de alto índice de desemprego e subemprego.

Lembremos que a MP 1045 é herdeira da MP 936. Os capitalistas se aproveitam dessa medida provisória para cortar salários e suspender contratos. E agora têm, em suas mãos, mais uma forma precarizada de contratação de mão-de-obra. Enquanto o governo e a burguesia continuam descarregando a crise sobre os ombros dos trabalhadores, a burocracia sindical mantém a classe operária e os demais explorados na passividade. Os dirigentes sindicais, descaradamente, continuam discursando nas lives, e publicando nas redes sociais os prejuízos das medidas provisórias. Nada mais! Não arregaçam as mangas para convocar assembleias, e organizar a luta para derrubar as MPs bolsonaristas.

A vanguarda com consciência de classe tem uma dura tarefa pela frente. Rechaçar a política de conciliação de classes da burocracia sindical vendida, e impor nas ruas seus métodos próprios de luta, que são as grandes manifestações, as assembleias presenciais, os bloqueios, piquetes e ocupação. Unir os desempregados e empregados com a bandeira de emprego, salário, direitos. Sem a organização, a unidade e a ação direta coletiva, não será possível derrubar as medidas antioperárias e antipopulares de Bolsonaro.

## Bolsonaro e Congresso Nacional pisoteiam ainda mais o salário mínimo

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada pelo Congresso Nacional, a partir das projeções de crescimento do PIB para os próximos três anos, determina o valor de R\$ 1.147 para o salário mínimo em 2022, um reajuste de 4,3%. Em 2023, R\$ 1.188, correção de 3,6%. E em 2024, R\$ 1.229, reajustado em 3,4%. Como se vê, a mesma LDO aprova a bilionária correção do “fundo partidário” e a manutenção de um salário mínimo de fome. Os parlamentares, que ganham rios de dinheiro para legislar contra a vida dos trabalhadores e para se beneficiarem com as

milionárias “emendas parlamentares”, acabam de instituir uma correção miserável do salário mínimo. E fazem isso porque estão livres das lutas dos trabalhadores em defesa de um verdadeiro salário mínimo. Lembremos que as burocracias sindicais abandonaram uma reivindicação histórica, que era a defesa do salário mínimo do Dieese, hoje de R\$ 5.330. No lugar, passaram defender a política do PT de “valorização do salário mínimo”, que é gradual e a conta-gotas. No momento, usam essa bandeira como parte da campanha eleitoral contra Bolsonaro.

É preciso rechaçar mais esse ataque do governo e do Congresso Nacional. Não há outro caminho, senão a organização da luta. São milhões de trabalhadores e aposentados que sobrevivem do salário mínimo. São milhões que foram arrastados à pobreza e à miséria, com a Pandemia, o desemprego e o subemprego. A luta pelo salário mínimo vital é a verdadeira luta pela vida. Está aí a necessidade urgente de aprovar um programa próprio dos explorados, que inclui o salário mínimo vital, e ganhar as ruas em sua defesa.

## **Bolsa do Povo Educação – Maior Flexibilização e Precarização do Trabalho**

Parecem não ter fim, os ataques de Doria/Rossieli à Educação. É uma paulada atrás de outra, rumo à destruição da escola pública. A vida de quem estuda e trabalha na rede estadual vem transformando-se num verdadeiro inferno. É uma sequência de medidas, que só pioram as condições de trabalho e estudo.

Após uma série de programas que aumentam a precarização e a exploração do trabalho, e com a demissão dos terceirizados, o governo lançou o Bolsa do Povo Educação, que implica a contratação de 20 mil responsáveis de alunos, por um período de 6 meses (podendo se estender para o próximo ano), para prestar apoio geral às escolas. O salário é de R\$ 500,00. Segundo o governo, “o objetivo principal é auxiliar as famílias a superar os desafios

educacionais e financeiros, provocados pela Pandemia, gerando novos postos de ocupação”. Veja que a precarização do trabalho, já precarizado, tem novo nome: Bolsa do Povo. O governo cria uma fórmula para “superar os desafios educacionais e financeiros”, um salário de R\$ 500,00, que representa menos da metade do salário mínimo de fome, e bem menor que o salário miserável dos funcionários, que já trabalham nas escolas.

Os novos contratados serão os pais dos alunos. O governo se aproveita da Pandemia para lançar um novo tipo de flexibilização do trabalho, um novo tipo de contratação, que só piora a vida dos trabalhadores. Essa trapaça deve ser rechaçada, com a bandeira de trabalho igual, salário igual e efetivação de todos os contratados.

### **Afuse**

## **Direção petista mantém as reuniões virtuais**

### *Chega farsa! Organizar a luta contra os ataques de Doria e Rossieli*

No dia 20 de junho, ocorreu uma reunião virtual, envolvendo a regional de Guarulhos e Franco da Rocha. Certamente, esse tipo de reunião é “prato cheio” para a burocracia do sindicato. Não há discussão de propostas, e o que se aprova não tem valor prático. Tudo fica nas “nuvens” do mundo virtual. Isso, quando os funcionários estão trabalhando presencialmente nas escolas, com os salários arroxados, sendo transferidos compulsoriamente, e amargando a precariedade das condições de trabalho. Enquanto isso, os burocratas mantêm o sindicato fechado, e ditando sua política imobilista.

Doria e Rossieli se aproveitam da passividade da direção da Afuse para impor mais sacrifícios aos funcionários, que recebem pouco mais de um salário mínimo de fome. Para cobrar a contribuição da Previdência dos aposentados, que já vivem à mingua. Para avançar com a terceirização, dividindo os funcionários entre

efetivos e terceirizados. As empresas terceirizadas, por sua vez, arrancam o couro dos trabalhadores. Com o fechamento de salas e turnos, os funcionários “excedentes” são transferidos compulsoriamente. Diante de todos esses problemas, a burocracia continua com a farsa das reuniões virtuais.

A burocracia petista está como pediu aos céus. Com as reuniões virtuais, não é pressionada pelos funcionários, que se opõem à burocratização do sindicato e à política de conciliação de classes. Por outro lado, a oposição está muito debilitada. O que permite à burocracia conduzir o sindicato em favor de sua política. Está aí por que a Corrente Proletária insiste na necessidade de constituir uma oposição de luta, que atue diretamente nas escolas, e que defenda as reivindicações mais sentidas dos funcionários e os métodos próprios dos explorados.

### **USP**

## **UJC altera os membros da direção do CEFISMA às costas do movimento estudantil**

Em reunião da direção do CEFISMA, dirigida pelo UJC/PCB, foi decidida a modificação dos membros que compõem a gestão e seus cargos, dentre eles, a presidência e tesouraria, que têm acesso direto à conta bancária da entidade. Tudo se passou à revelia dos estudantes.

A atual direção do CEFISMA foi eleita ao fim de 2019, com um programa que declarava que “os modelos tradicionais de democracia estudantil, como assembleias e fóruns deliberativos, demonstraram estarem desgastados”. Ao longo de 2020, aderiu integralmente à política burguesa de isolamento social, não convocando assembleias presenciais, não prestando contas, e conduzindo uma série de gastos duvidosos (que incluem, dentre outras coisas, repasses para a Atlético, em meio a suspensão de suas atividades, e para estudantes, para cobrir supostos furtos), que superaram a marca de R\$ 20 mil e, ao final do ano, convocou uma “assembleia virtual”, para legitimar a continuidade de seu mandato. Agora em 2021, decide alterar os membros da direção, aproveitando o afastamento de alguns militantes independentes, para substituí-los por militantes da UJC ou do MUP (frente dirigida pelo PCB).

Os eventos demonstram que a UJC aparelhou o CEFISMA, e utiliza seus recursos para interesses próprios e às costas dos estudantes, tendo tomado proveito da política burguesa de isolamento social, que imobilizou o movimento estudantil em 2020, para consolidar esse objetivo. Um centro acadêmico e seus recursos, tal qual um sindicato, não deve ser propriedade de uma direção ou organização política específicas. O CEFISMA é uma ferramenta para auxiliar a organização e luta dos estudantes em defesa de suas reivindicações. A política da direção eleita e o uso dos recursos do centro acadêmico deve estar inteiramente subordinada às deliberações dos estudantes em assembleias e congressos, podendo estes revogarem o mandato da direção, em caso contrário.

O movimento estudantil do IFUSP deve superar sua direção burocrática que entrava a luta, e reestabelecer a democracia estudantil no CEFISMA. Para isso, é necessário cobrar que a direção do CEFISMA convoque uma assembleia presencial, para realizar a prestação de contas e apurar todas as irregularidades em sua gestão, bem como uma assembleia eleitoral presencial, para organizar a substituição da atual direção.



## **81 ANOS DO ASSASSINATO DE LEON TROTSKY**

(20 de agosto de 1940 – 20 de agosto de 2021)

*Iniciamos, desde já, uma campanha de exposição e defesa do marxismo-leninismo-trotskismo, aproveitando a proximidade da data em que Leon Trotsky foi assassinado por um agente do estalinismo. Damos início, publicando em três partes o folheto “Trotsky e nós”, redigido por Guillermo Lora, por ocasião dos 45 anos do assassinato do dirigente da Revolução Russa, ao lado de Lênin, e da edificação da III Internacional. Em junho de 1985, o POR havia completado 50 anos. Agora, a reedição do folheto em português se dá no momento em que o POR cumpre 86 anos.*

### **Trotsky e nós** **Um gigante do pensamento e da ação**

*Guillermo Lora*

Em 20 de agosto, lembramos o assassinato de Leon Trotsky, em Coyoacán (México), por um agente do estalinismo. Novamente, se comprova que o vazio deixado por um quadro de tanta qualidade, que constituía um inestimável capital para todo o movimento revolucionário internacional, é muito difícil de preencher. Para isso, é necessário muito tempo, pois, é no transcurso de muitos anos que se vão forjando e temperando os revolucionários profissionais. Diremos, de passagem, que isso explica por que um partido é um programa, uma organização e uma tradição. Sem esse último fator, torna-se inconcebível a luta dos explorados em escala mundial.

Trotsky morreu combatendo, sem trégua, a burocracia contrarrevolucionária que, expressando os interesses das forças reacionárias de dentro e de fora da União das Repúblicas

Socialistas Soviéticas (URSS), para melhor servir os inimigos da classe operária, tomou o caminho que levou ao afastamento dos trabalhadores do poder.

Trotsky não aparece tão grande, em momento algum de sua vida, como quando compreende que a ofensiva vitoriosa da contrarrevolução nacional e internacional não permite ao revolucionário permanecer no poder, acomodar-se às circunstâncias adversas, baixar a cabeça, abandonar a bandeira da revolução, abrigando a vã esperança de que, do seio do poder, poderá corrigir, graças ao seu gênio e às suas capacidades pessoais, o curso da história. Não poucos marxistas, em circunstâncias similares, abandonam o método do materialismo histórico, para alimentar o seu subjetivismo e o seu voluntarismo, apresentando-os como se fossem a força mais poderosa da história. Muitos criticaram Trotsky, por ter abandonado o poder quase sem batalha, por não ter desejado ou podido se valer de sua enorme ascendência sobre a juventude e o exército, para se consagrar como o herdeiro de Lênin no poder. Inclusive, no aspecto puramente humano, seria inaceitável que, em razão de ambições inconfessáveis, Trotsky tivesse se lançado na disputa pela herança de Lênin, que se entregou integralmente – única entrega que conta – à causa revolucionária. A conduta de Trotsky nos parece de acordo com a sua convicção marxista. Era o orgulho na forma de homem, dando provas inequívocas de que era consciente de seu valor e de suas aptidões excepcionais. No entanto, a compreensão das leis do desenvolvimento social foi o que permitiu a Trotsky aprender a se acomodar e a se subordinar devidamente a elas.

Nas últimas páginas, de sua admirável pena, se lê que, no caso de nascer de novo, voltaria a abraçar com entusiasmo a luta revolucionária. Isso foi escrito por quem acreditou que era seu dever revolucionário lutar, década após década, contra a burocracia contrarrevolucionária, a fim de preservar a bandeira marxista-bolchevique. Sabia que, ao assumir essa atitude – para não poucos sem nenhuma possibilidade de vitória –, estava lutando pela libertação dos explorados, e por livrar a humanidade da vergonha capitalista, e, enfim, para humanizar o homem na caldeira do comunismo.

Como rigoroso marxista, estava seguro de que a política – fenômeno superestrutural – não era senão a interpretação da contradição que se dá na estrutura econômica, material, da sociedade, refletida, a seu modo, na luta que travam as classes sociais. Por isso, sua vida esteve dedicada à elaboração teórica. A política revolucionária, em sua expressão mais elevada, é a elaboração teórica. Da luta de classes e da revolução, emergem uma descomunal polêmica entre posições classistas contrapostas. Sem dúvida, no campo das ideias, a polêmica se faz necessária – atividade cotidiana do empenho de se forjar a ideologia revolucionária dos explorados, em oposição e luta contra a ideologia oficial.

Trotsky, forjando-se no rigor do marxismo, foi constituindo seu caráter revolucionário, na medida em que avançava na criação teórica, que não é senão a aplicação do método do materialismo dialético à realidade concreta, neste caso, à Rússia. Assim, alcançou segurança em seu pensamento e em sua conduta diária. Victor Serge – um militante que nunca superou completamente sua posição anarquista, apesar de ter passado pela Internacional Comunista e pela Oposição de Esquerda – escrevia sobre O Velho: “*tinha apenas 45 anos, e já o chamávamos O Velho, como fazíamos antes com Lênin, quando tinha a mesma idade. O que queria dizer, segundo o uso da língua popular russa, o maior em espírito, o que merece mais confiança. Tal foi o sentimento que realmente inspirou todos aqueles que se aproximaram, ao longo de sua vida: o de um homem cujo pensamento, a ação, a vida ‘pessoal’ formavam um bloco sem fissura, e que seguiria sem debilidades seu caminho, até o fim; o de um homem em quem se podia contar plenamente em todas as circunstâncias, que não variaria no essencial, nem fraquejaria na derrota, nem retrocederia diante da responsabilidade, nem diante do perigo, nem perderia a cabeça em meio à tormenta. Feito para dominar as circunstâncias, seguro de*

*si mesmo, tinha um orgulho interior tão grande que o tornava sensível e realmente modesto: tinha o orgulho de ser um instrumento lúcido da história. Na prisão, no desterro, no quarto de hotel de emigrado, no campo de batalha, no cume do poder, era, simplesmente, com desinteresse total, fazendo o que era preciso fazer para ser útil aos homens em marcha. Tendo-se convencido, muito cedo, do que seria capaz de ser (aos 27 anos, em 1905, foi presidente do primeiro soviete de Petersburgo), não cuidava já de si mesmo, e isto lhe permitia considerar a fama, os cargos de governo, o poder mais absoluto, sem apego nem desdém, como algo utilitário. Sabia ser duro, mesmo impiedoso, como um cirurgião que realiza uma operação grave. Foi ele que escreveu, durante a guerra civil e o terror, uma frase como esta: 'O que há de mais humano nas revoluções é a energia mais elevada', poderia ser definido, se houver necessidade de defini-la com a palavra: 'construtor'".*

## Produto Coletivo

De onde vem esse gigante do pensamento e da ação? É equivocado, o critério de considerá-lo um gênio caído do céu, ou o resultado exclusivo de suas excepcionais aptidões individuais. O próprio Trotsky, que tanto havia contribuído com a compreensão das tendências fundamentais do desenvolvimento russo, observando-se do alto do seu pensamento, considerava-se como um instrumento consciente da história. Era o produto, sem dúvida, da descomunal luta revolucionária em um país atrasado, em que continuavam pendentes de solução, importantíssimas tarefas democráticas – a Rússia ainda era czarista – e, no entanto, já estava presente o proletariado como classe. A Revolução Russa, particularmente a de 1905, colocará pela primeira vez enormes problemas políticos-teóricos, e reafirmará outros. O desenvolvimento das forças produtivas exigia a destruição das formas de propriedade imperantes, mas essa contradição – clássica para o marxismo e teoricamente resolvida –, ao passar pela particular estrutura social da Rússia, coloca questões que antes não existiam. Concretamente: a presença do proletariado como classe, isto é, consciente – organizada em partido político –, segundo os clássicos, modificou profundamente a interrelação entre as classes sociais, particularmente entre a burguesa e a operária. Como já se indicava no Manifesto Comunista e se assentava na famosa Circular de março de 1950, a classe operária não pode senão, ao tentar destruir a grande propriedade privada, para poder libertar-se, empurrar a burguesia para o campo da contrarrevolução. Imediatamente, surge o problema – inédito em certa medida, até esse momento – que classe social resolverá as tarefas democrático-burguesas pendentes?

A discussão teórica na Rússia, sobretudo ao referir-se a grandes e novos problemas, até esse momento não esclarecidos, ao menos em toda a sua profundidade, não fez senão enriquecer e renovar o marxismo. Isso, diante do olhar surpreso da maior parte da socialdemocracia internacional. Nunca se tinha posto de relevo que o marxismo deve ser utilizado como método, e não como um rosário de fórmulas pré-fabricadas, que se podem aplicar, não importando a que questões.

Trotsky se agigantou nessa formulação teórica e nessa polêmica. Isso, na medida em que foi uma criação coletiva, e não unicamente da luta revolucionária russa, mas também da mundial; um produto coletivo do pensamento e da atividade do Partido Operário Socialdemocrata Russo. O seu pensamento se foi perfilando no ardor da polêmica com seus camaradas, de dentro e

de fora da Rússia, com os mestres do marxismo internacional. O verdadeiro Trotsky se forma em meio a essas tormentas. Não se pode esquecer que o desenvolvimento social russo, o amadurecimento e a formação da classe operária revolucionária coloca a necessidade de determinadas ideias políticas. Trotsky, sem dúvida, graças às suas qualidades pessoais, cunhou algumas delas, ajudado pelo seu conhecimento do marxismo, e pelos antecedentes do movimento revolucionário internacional. Nesta medida, se agigantou, se ergueu como expressão dos interesses vitais da classe operária, como porta-voz dela, como teórico que dá expressão ao instinto e tendência elementar do proletariado. Por isso, pôde afirmar que o proletariado, na atrasada Rússia czarista, podia chegar ao poder muito antes que nos países europeus altamente desenvolvidos, do ponto de vista capitalista. Certamente, neste momento, Trotsky deu de si muito mais do que se podia esperar, isso por que cumpriu o papel de porta-voz obstinado desse ponto cego, que são as leis da história.

Encarnação do revolucionário profissional, que, mais importante que na hora da vitória, se perfila quando se trata de preservar e defender os princípios e a bandeira revolucionários, nas condições adversas da derrota ou da clandestinidade. Neste plano, Trotsky se mostrou maior do que nunca. Lutou apaixonadamente para reformar o partido bolchevique degenerado pela burocracia estalinista, bem como o Estado operário, sendo uma de suas proposições o restabelecimento da democracia operária.

Para os revolucionários altiplanos, tão profundamente enraizados nesta terra índia, para os trotskistas bolivianos, "O Velho" é também nosso espelho, no qual nos vemos, quando nos empenhamos em fundir-nos com o movimento revolucionário mundial. Também quando confrontamos nossas ideias com as do marxista, que formula a teoria da revolução permanente. Nós, que temos estruturado o partido revolucionário e contribuído para a formação da classe operária em nosso país, temos em Trotsky a fonte de consulta que, com suas grandes contribuições, nos têm facilitado a ação diária, e também polemizado com ele na tarefa de estruturar e formular a teoria da revolução boliviana, que, por isso, sobretudo, é um dos movimentos trotskistas mais importantes do mundo.

Nossa admiração por Leon Trotsky é grande, mas é a admiração dos marxistas por quem não somente entregou sua vida e todas as suas forças à luta revolucionária, sem ter jamais esperado nenhuma recompensa. Essa admiração sincera não nos pode cegar, diante dos erros que Trotsky cometeu em sua atividade cotidiana, igualmente diante de outros grandes dirigentes da luta pela libertação dos oprimidos: Marx, Engels, Lênin, etc. Diremos que nos esforçamos por compreender criticamente nosso indiscutível mestre. Entre os marxistas, não há lugar para o culto à personalidade, que considera, partindo de um indiscutível subjetivismo, que, com tanta frequência e por tantos lados, desemboca em manifestações sectárias. A infalibilidade e a onisciência dos dirigentes nada tem a ver com a existência de um partido revolucionário, baseado no centralismo democrático, que supõe a elaboração coletiva da linha política, o respeito à mais ampla democracia interna, à divergência com as instâncias de direção, e, inclusive, à formação de frações internas e à superação dos erros cometidos por meio da autocrítica, que necessariamente deve partir da análise e demonstração de suas raízes.

**Nesta edição:**

- **Declaração do Comitê de Enlace:** Em defesa da Revolução Cubana.
- **Argentina:** É urgente um plano de emergência, para acabar já com o desemprego, os baixos salários, a precarização trabalhista, a pobreza e a miséria.
- **Argentina:** 20 anos de Zanon – Parte 4.
- **Bolívia:** Breve biografia do porista Victor Mamani Mamani.
- **Notas Internacionais:** *África do Sul* - Rebelião das massas contra a fome e a miséria. / *Irã* - Operários petroleiros deflagram greve: Luta de classes e crise do regime teocrático.
- **Lênin:** *Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.*



## Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**



### **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

## **Em Defesa da Revolução Cubana**

14 de julho de 2021

As manifestações, iniciadas em 11 de julho, em Cuba, tiveram uma enorme repercussão. O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, imediatamente, fez uma declaração em nome da “liberdade”, como se os Estados Unidos não fossem um dos maiores responsáveis, em várias partes do mundo, pela instalação de ditaduras, de golpes, de intervenções militares, e de esmagamentos sanguinários de levantes operários e populares.

Neste exato momento, Biden finaliza a retirada de tropas do Afeganistão, depois de 20 anos de invasão, deixando para trás milhares de mortos, e um gasto parasitário de US\$ 2 trilhões. O que parece ser uma boa ação, não é senão o testemunho da prepotência e, também, da heroica resistência do povo afegão ao domínio imperialista.

Todos os governos norte-americanos combateram sem trégua a revolução cubana. O fato de não terem conseguido liquidá-la por meio de uma intervenção militar, fracassando nessa tentativa, é outro testemunho histórico da força da revolução, que expropriou os latifundiários e os capitalistas, e transformou a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Algumas vozes da reação burguesa na América Latina seguiram Biden, a exemplo do governo brasileiro, militarista e fascizante.

A ideia de “ajuda humanitária” a Cuba é uma infâmia do imperialismo, cujos monopólios espoliam os países semicoloniais, e bloqueiam o desenvolvimento de suas forças produtivas. A primeira atitude diante do conflito interno em Cuba é a de rechaçar qualquer intervenção dos Estados Unidos e das demais potências, bem como toda tentativa de abrir caminho à influência dos objetivos restauracionistas. Somente assim, será possível separar o joio do trigo, que certamente se misturam nas manifestações contrárias à incapacidade da burocracia governamental de responder às necessidades básicas do povo cubano.

A classe operária, os camponeses, a juventude e os oprimidos da América Latina e do mundo devem reforçar a luta contra o

brutal bloqueio do imperialismo a Cuba, objetivando afogá-la.

Cuba sofre as consequências do bloqueio criminoso, desumano, contrarrevolucionário dos EUA, que sabotam permanentemente sua economia, e ditam as ordens ao restante dos países, para que se somem à agressão. Seja nos tempos de Trump, ou nos de Biden, a política é a de derrotar completamente a heroica resistência do povo cubano. Nos últimos anos, têm-se agravado as medidas de sufocamento do país.

As mobilizações se deveram aos problemas de energia, da falta de artigos de primeira necessidade, ou devido à elevação dos preços, causada por medidas monetaristas, pela falta de materiais sanitários e pelos contágios da Covid-19.

Os problemas são reais, as exigências são reais, bem como as dificuldades para resolvê-las.

Certamente, há infiltração e manobras do imperialismo, para tirar proveito do descontentamento, mas isso não deslegitima as reivindicações e mobilizações. A burocracia e seus capachos sempre denunciam que as mobilizações fazem o jogo do inimigo, e que, portanto, nunca devem haver protestos. O mesmo dizem os nacional-reformistas em nossos países, que exigem que as massas se disciplinem à suas políticas, do contrário, se “faz o jogo da direita”. Ao contrário, é a desmobilização, a repressão, a censura aos movimentos e o disciplinamento dos sindicatos, que facilitam o trabalho da direita e do imperialismo. É a restauração capitalista, o abandono da propriedade social, que potencia a ação dos inimigos, visando a destruir as conquistas da Revolução. É a existência de privilégios e a desigualdade social que facilitam o trabalho do imperialismo.

Por que retrocedeu a Revolução? Pelo bloqueio, pelas manobras das frações burguesas latino-americanas, nas quais o castismo depositou confiança. E, principalmente, pelas travas políticas que impossibilitaram a classe operária de projetar o triunfo da revolução no restante dos países. O que evidencia, em grande parte, a responsabilidade do estalinismo contrarrevolucionário, e das correntes nacionalistas burguesas, que isolaram Cuba. O



castrismo é parte dessa política, não é apenas vítima.

Não havia alternativa para Cuba que não fosse o caminho da restauração capitalista, da recomposição e reconhecimento da propriedade privada? É claro que havia outro caminho, o de trabalhar sempre pelo triunfo da revolução em nossos países, para que fôssemos ao seu auxílio, uma vez que o socialismo não pode triunfar em um só país. A burocracia estalinista, ao contrário, decidiu continuar colaborando com os governos burgueses da América Latina, como fizeram e fazem os partidos comunistas em cada país. Isso teria resolvido o problema dos alimentos, dos medicamentos, da energia? Não. Se não triunfa a revolução em outro país, a sua situação continuará a mesma, mas mantendo viva a luta pela revolução socialista. O crescimento da diferenciação social e os privilégios da casta governante provocam um genuíno sentimento antiburocrático em meio à população. Não se pode aceitar que, enquanto a grande maioria padece de sofrimentos de toda natureza, há uma minoria que se protege, que goza de privilégios.

Não reivindicamos a democracia em geral. Essa é uma bandeira podre das burguesias e do imperialismo. Querem a democracia burguesa para acabar de demolir o que resta da Revolução. Queremos a democracia operária, e, para isso, é necessária uma revolução política, que acabe com a burocracia restauracionista, imponha um governo operário, a ditadura do proletariado.

## Argentina

### **É urgente um plano de emergência, para acabar já com o desemprego, os baixos salários, a precarização trabalhista, a pobreza e a miséria**

Estamos atravessando uma situação de catástrofe social. É o que demonstram milhões de trabalhadores desempregados ou vivendo de bicos, milhões trabalhando em condições cada vez mais precárias, enquanto os exploradores avançam sobre nossos direitos e salários, que, nem de longe, conseguem cobrir o custo de vida.

A grande maioria das famílias vive na pobreza, porque nossos ganhos não podem cobrir os gastos mais elementares. A carestia é insuportável, os produtos de consumo estão cada vez mais caros.

Com a Pandemia, tudo se agravou. Mas, esta situação vem de muito antes. Os empresários tiraram vantagens em plena Pandemia, demitindo, suspendendo, reduzindo salários e precarizando. É necessário tomar medidas urgentes, drásticas, para resolver os problemas pela raiz, para acabar de vez com essa situação.

Os dirigentes sindicais da CGT e da CTA privilegiam os acordos com os empresários e governos, para não lutar, para que os trabalhadores não empunhem as reivindicações. E a luta deve ser unificada, de todos os trabalhadores, os têm carteira assinada e os informais, os filiados e não-filiados aos sindicatos e os desempregados.

Se cada um lutar por seu lado, ou se virar como pode, não sairemos dessa gravíssima situação. É imprescindível ir à luta todos juntos, ombro a ombro, até conseguir as reivindicações. Nada se consegue sem luta. Os sindicatos e as centrais sindicais devem estar dirigidos por trabalhadores que representem

do. É necessário, portanto, construir o partido revolucionário, marxista-leninista-trotskista, que dirija a revolução política, de maneira que as massas voltem a pôr em pé verdadeiras organizações populares, sem nenhuma arregimentação burocrática, para garantir sua plena participação.

Não reivindicamos a liberdade em geral, liberdade para agitar a propaganda anticomunista, antissocialista. Exigimos a liberdade de expressão, de organização para todas as correntes que defendam a Revolução Cubana. Ninguém que defenda a revolução pode ser preso, censurado ou reprimido.

Devemos rejeitar toda ingerência do imperialismo e das burguesias em nome da ajuda “humanitária”, já sabemos o que é que se esconde por trás dessa máscara.

Cuba é de nossa responsabilidade. Defendamos a Revolução e as suas conquistas. Devemos impedir o avanço do processo de restauração burguesa, e que se coloquem claramente as tarefas da transição do capitalismo ao socialismo.

Cuba mostra, de forma dramática, que o socialismo não pode ser construído em um só país, que o socialismo só poderá ser internacional, como produto das revoluções triunfantes. Por isso, é urgente a tarefa de reconstruir a direção revolucionária internacional, a IV Internacional. Essa tarefa histórica se encontra nas mãos do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).

genuinamente o interesse das bases, e não o das empresas e os governos. Devem ter independência dos patrões e governos.

Para criar milhares de empregos formais, é preciso reabrir as fábricas e oficinas que fecharam e, principalmente, dar um forte impulso às obras públicas, que são as que geram mais empregos, mais rapidamente. Para construir anualmente 400.000 moradias, escolas e hospitais, assim como esgoto e água corrente. Para reconstruir a indústria ferroviária, deixando de importar os vagões, para reconstruir a indústria naval, que foi desmontada.

Os bônus, AUH (assinção universal por filho) e tantos outros planos ajudam, mas não resolvem os problemas. É necessário que se criem postos de trabalho formais, estáveis, pagando o que corresponde. O flagelo do desemprego destrói a família operária. Não podem mais fechar nenhuma fábrica nem comércio.

Para tomar estas medidas, é necessário romper com as orientações do FMI, dos banqueiros, da oligarquia latifundiária e dos grandes empresários. Os interesses desses parasitas, que chupam o nosso sangue, são diferentes, opostos e contrários aos nossos, são antagônicos. Se continuarem protegendo seus lucros e patrimônio, será impossível atender nossas necessidades mais urgentes e desesperadoras. Os mais poderosos sequer aceitam pagar impostos, uma única vez, pela emergência da Pandemia.

Quantas mortes poderiam ter sido evitadas, se o Estado tivesse estatizado todo o sistema de saúde, as clínicas, os laboratórios, concentrando todos os recursos humanos e materiais. Quantos pacientes nunca foram atendidos ou foram

tardamente, com lamentáveis consequências. Os empresários da Saúde, que ganham fortunas e as levam ao exterior, não querem perder nem uma moeda. Não se pode conviver com esses interesses. Ficou exposto o desastre do sistema de saúde, e estamos nos aproximando dos 100.000 mortos por Covid.

Os trabalhadores tiveram de lutar, em seus locais de trabalho, para que se respeitassem os protocolos de biossegurança, ou para que se respeitassem o afastamento dos trabalhadores com problemas de saúde, pagando-lhes um salário. Mas, em muitos lugares, as empresas pisotearam os direitos trabalhistas.

O problema principal é que as forças produtivas estão bloqueadas, porque os grandes meios de produção estão em mãos privadas. Para destravá-las, é preciso acabar com a concentração dessa propriedade, e transformá-la em propriedade social. Mas, isso não se conseguirá mediante eleições, leis ou constituintes. Os governos que conciliam com esses interesses são covardes e impotentes. Não poderão resolver os problemas da imensa maioria pobre e oprimida.

- Imediato plano de obras públicas, sob controle dos trabalhadores, para criar milhares de empregos formais;
- Reabrir fábricas, oficinas e comércios fechados;
- Proibir todo e qualquer fechamento, demissão e suspensão;
- Acabar com todas as formas de trabalho precarizado;

- Reduzir a jornada de trabalho, para incorporar imediatamente mais trabalhadores;
- Salário e aposentadoria, de acordo com o custo de vida;
- Estatizar o sistema de saúde, integrando laboratórios, clínicas, convênios privados, obras sociais num sistema único e gratuito;
- Estatizar o sistema de educação;
- Acabar com o parasitismo financeiro, nacionalizando os bancos e o comércio exterior. Nem um dólar para especulação, fuga de capitais ou pagamento da dívida. Todos os recursos para impulsionar a economia;
- Estatizar as empresas privatizadas, recuperar o Rio Paraná, os portos, o petróleo;
- Expropriar a oligarquia latifundiária, recuperando para a nação as terras que foram apropriadas.

Os politikeiros não falam destas questões essenciais, mas já estão se preparando para nos arrastar a uma nova eleição. Matam-se para decidir quem entrará nas chapas para o legislativo. Mas, não discutem nenhum destes problemas essenciais, que a classe operária deve tomar em suas mãos. Se a crise continuar sendo descarregada sobre os ombros da maioria oprimida, o futuro somente poderá ser o da barbárie.

*(Extraído do Jornal Massas, nº 397, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)*

## **Argentina - 20 Anos de Zanon – parte 4**

### **A Coordenadora do Alto Valle**

No calor das lutas de 2001, que a nível regional teve como epicentro a ocupação da Cerâmica Zanon por parte de seus operários, surgiu a Coordenadora do Alto Valle. É fundamental que todo o ativismo conheça essa experiência, como marca distintiva da luta de classes no país.

Como explicamos nos artigos anteriores, foi central para os ceramistas conquistar o apoio e a solidariedade da população neuquina. Para manter a ocupação e produção da Zanon sob gestão de seus trabalhadores, foi indispensável forjar a solidariedade e unidade com o restante dos setores. É por isso que, neste artigo, destacamos como os operários construíram a unidade com outros setores de trabalhadores empregados e desempregados.

Após um ano de ocupação da fábrica, os operários de Zanon, junto com a ATEN Capital, ATEN Centenário e o MTD, deram os primeiros passos na conformação da Coordenadora. Essa solidariedade, que se expressava por parte dos moradores dos bairros, dos trabalhadores da educação e dos desempregados, tomou como caminho a construção de um espaço que permitisse unificar e coordenar a luta de todos os setores. Neste sentido, a Coordenadora do Alto Valle surgiu como uma necessidade da classe operária. Nesse espaço, participavam as organizações sindicais, políticas, agrupações e militantes sem organização, seu funcionamento era sistemático, e ali se discutiam as ações políticas frente às distintas questões que afetavam os oprimidos em geral. Além de discutir política e deliberar ações, também se votaram e levaram adiante campanhas em defesa da fábrica, com cartaz e boletins comuns.

Em agosto de 2002, realizou-se, nas instalações de Zanon,

a primeira plenária da Coordenadora. Participaram mais de 60 organizações sindicais, políticas, de desempregados, estudantes (FUC) e de direitos humanos. Distribuídos em diferentes comissões, discutiram a situação política, e os principais problemas que afetavam os trabalhadores: educação, desocupação e saúde. O eixo foi a unidade e coordenação de todos os setores em luta, muitos dos quais se encontravam sem o amparo das direções sindicais. Isso transformou a Coordenadora em um espaço que foi ganhando peso, reagrupando os setores opositores ao governo.

Foi tão grande o peso da Coordenadora que, em muitas ocasiões, disputou nas ruas a direção do movimento com a própria CTA. Formou parte das lutas dos trabalhadores estatais, acompanhou a conformação da junta interna do Castro Rendón e, sem dúvida, foi fundamental na defesa da ocupação de Zanon. É difícil que organismos deste tipo tenham continuidade, quando refluí a luta de classes. Um dos obstáculos que teve essa organização foi a busca da esquerda eleitoral pelas candidaturas, e isto afetou sua continuidade.

Como partido, defendemos o capital político e organizativo da Coordenadora do Alto Valle. Consideramos que a existência de multisetoriais, espaços de coordenação, são parte da tradição de luta de Neuquén e, neste sentido, o Sindicato Ceramista cumpriu com seu papel fundamental. Os operários ceramistas conseguiram pôr em prática uma das melhores conclusões da experiência da Coordenadora: a necessidade de sustentar e sistematizar estes espaços, na perspectiva de aglutinar todos os setores em luta contra o governo e sua burocracia sindical.

## Bolívia

O POR do Brasil manifesta seu sentimento de dor pela perda de um camarada, que sempre mostrou interesse pelos acontecimentos da luta de classes em nosso país e

por nossas publicações. A cada oportunidade de encontrá-lo em um Congresso ou Conferência do POR boliviano, Victor perguntava e comentava sobre o que havia lido em nossas

publicações. Atitude que refletia o vivo interesse pelas seções do Comitê de Enlace e pelo internacionalismo proletário.

Pelo POR-Brasil, Atilio de Castro

# Breve biografia do porista Victor Mamani Mamani



Aproximou-se das ideias revolucionárias nas convulsivas jornadas de fevereiro de 2003, incorporando-se à “Universidade Popular Alteña”, e à equipe de distribuição massiva do “El Marginal”, publicação rebelde dos trotskistas alteños, que apresentava uma saída classista operária à ação insurrecional: *“Derrotado o gringo massacrador, corresponde impor um Governo Operário e Camponês, a Ditadura do Proletariado”*. Embelezado pela política porista, nas jornadas de junho de 2003, foi ganho às ideias revolucionárias. Resposta que marcou a fogo o jovem rebelde aimará. Daí em diante, entregou sua vida a essa causa, ordenando sua existência, sua família e sua carreira profissional, à consumação e à vitória da revolução socialista mundial. O camarada Víctor assumiu conscientemente as características que o revolucionário tem de ter, segundo Trotsky, “o revolucionário verdadeiro começa a sê-lo quando subordina sua ambição pessoal a uma ideia”.

De origem camponesa, de La Asunta de los Yungas, um jovem diferente, apaixonado pelo estudo das ideias revolucionárias, que descobriu o marxismo, que lhe abriu os olhos à realidade de um mundo edificado nos cimentos capitalistas. Montou uma importante biblioteca pessoal, investindo seus escassos recursos em adquirir livros. Ávido pela leitura, nos despertava em horas da

madrugada para elucidar temas teóricos que lhe angustiava resolver. Não esquecemos o que o velho Lora afirmava, “*soamente algumas unidades de jovens camponeses, com inquietudes por cultivar no manejo das ideias, e uma honestidade pessoal, podem elevar-se à teoria marxista, e compreender o programa porista*”. Ele foi uma destas criaturas excepcionais. Victor era único e diferente. Que, para orgulho de seus camaradas, não foi arrastado ao oportunismo e ao arrivismo, tão comum em círculos de jovens de escassos recursos econômicos. Uma das grandes qualidades do jovem camarada, reconhecida por todos, foi sua provada honestidade. Apesar de terem aparecido múltiplas oportunidades que o clientelismo político oferecia a jovens lúcidos como ele, nunca vendeu seus ideais.

Foi um dos que com mais clareza entendeu o que é a impostura masista. Foi guerreiro implacável contra estes falsos revolucionários. Não se cansava de explicar, onde estivesse, que a liberação do indígena só seria possível se se acaba com o império da grande propriedade privada burguesa, que o M.A.S. respeita e venera. Proclamando aos quatro ventos, que a autodeterminação da nação aimará somente seria possível, uma vez consumada uma revolução social, materializada sob uma Aliança Operário Camponesa, dirigida politicamente pela ideologia proletária. Combateu o M.A.S. em todos os cenários em que estava presente (UPEA, FEJUVE, etc.), nos círculos de discussão na irreverente Praça Cívica de El Alto, combatia dia a dia contra o masismo e indigenismos pró-burgueses, à custa de sua própria integridade física.

Foi dirigente vecinal<sup>1</sup> de seu distrito, defendendo a “independência política vecinal” frente a qualquer governo de turno. Foi impressionante a autoridade, respeito e reconhecimento que tinha entre os moradores. Isso lhe custou que os bandos masistas derrubassem o muro de seu terreno, e o buscassem para “lhe sentar a mão”, acontecimento que não o

atemorizou, pelo contrário, o fortaleceu. Foi presidente da Comissão Política do último congresso de FEJUVE<sup>2</sup> (maio de 2021), onde redigiu a Tese Política e a Plataforma de Luta, sendo aprovado o seu documento. Linha política aclamada pelas suas bases, que desnudava a política burguesa dos 14 anos de governo masista, apontando o caminho revolucionário que deve seguir El Alto depois da caída do M.A.S.

Seguramente, caso seguisse com vida, Víctor se converteria, no futuro, na direção vecinal e política da cidade de El Alto até um processo revolucionário.

Na polêmica interna de tendências no interior do partido, sempre teve o fato para se estabelecer no lado correto. Combatendo as tendências pequeno burguesas presunçosas e impostoras. Sempre esteve orgulhoso de ser zeloso defensor do programa e da história porista. Sua formação política e experiência política vivida o levou a entender que o verdadeiro marxista e porista tem de direcionar suas energias para o trabalho operário, para contribuir para a formação de quadros operários para o partido e a revolução. Por isso, sempre se oferecia para as viagens de distribuição de “A Perfuradora” nos centros mineiros.

Talvez, prevendo seu trágico final, vítima de Covid, um dia antes de fechar seus olhos para sempre, enviou a seus camaradas o vídeo de “A Internacional” e do “Hino ao P.O.R.”, ratificando uma vez mais suas convicções de vida. À sua esposa, pediu-lhe que o cubra com a bandeira vermelha do POR.

Um quadro revolucionário aimará do P.O.R. nos deixou. HONRA E GLÓRIA AO GRANDE REVOLUCIONÁRIO. Sua férrea e obstinada convicção por um futuro socialista para a Bolívia nos inspira, não te decepcionaremos, CAMARADA...

(Extraído do Jornal Massas, 2657, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

1. Dirigente do movimento de moradores do bairro.

2. Federación de Juntas Vecinales: federação dos movimentos de moradores dos bairros do município de El Alto.



## **África do Sul**

# **Rebelião das massas contra a fome e a miséria**

Em 9 de julho, protestos explodiram na África do Sul, os maiores dos últimos anos, logo após decretada a prisão do ex-presidente, Jacob Zuma, condenado a 15 meses de prisão, por se negar a cooperar com as investigações judiciais sobre corrupção durante seu governo (2009-2018), segundo informação oficial.

As imagens dos saques, com milhares invadindo shoppings, mercados e lojas, assombraram a burguesia. Uma indústria têxtil de grande porte foi invadida e roubada sua maquinaria e ferramentas. Centros de saúde viram seus estoques de medicamentos serem apropriados por uma massa de pobres e miseráveis. O presidente preposto, após cassação de Zuma, Cyril Ramaphosa, desfechou uma violenta repressão – 120 manifestantes foram assassinados pelas forças policiais, e milhares, presos.

*(...) a ação anárquica dos oprimidos não obscurece o fato de que configurou uma revolta espontânea contra a fenomenal concentração de riquezas por um punhado de grandes capitalistas e latifundiários, enquanto a maioria afunda na mais absoluta miséria.*

Ramaphosa caracterizou os atos de “violência irracional”, se dispôs a ajudar financeiramente os proprietários, a título de reparação dos danos, e decidiu militarizar o país, sob a justificativa de defender o Estado de Direito. Certamente, porém, o uso ostensivo de tropas responde às exigências dos capitalistas.

O governo e a grande imprensa disseram que os saques foram provocados deliberadamente para impedir a prisão do ex-presidente. Mas, o certo é que os despossuídos e famintos aproveitaram o acontecimento político para arrebatar das prateleiras o que necessitavam. Atacaram apenas os grandes e médios estabelecimentos, onde está vedado o acesso das massas empobrecidas. Eis por que a ação anárquica dos oprimidos não obscurece o fato de que configurou uma revolta espontânea contra a fenomenal concentração de riquezas por um punhado de grandes capitalistas e latifundiários, enquanto a maioria afunda na mais absoluta miséria.

Após 27 anos do fim do apartheid, 72% das terras continua em poder dos latifundiários brancos (durante o regime de separação racial, eram 82%). A África do Sul foi declarada o país mais “desigual” pelo Banco Mundial, em 2019. A situação econômica agravou-se no ano passado, devido à crise sanitária. A esmagadora maioria nacional ainda não foi vacinada, sequer com a primeira dose contra o Covid-19. Milhões continuam habitando favelas, sem esgoto, água potável ou serviços básicos. As greves operárias e as revoltas populares têm sido afogadas em sangue.

O Congresso Nacional Africano-CNA (partido de Nelson Mandela, Zuma e Ramaphosa) não alterou as profundas “desigualdades sociais e raciais”, porque manteve em pé o poder econômico dos grandes capitalistas e latifundiários brancos. O “regime democrático multirracial” apenas mascarou a velha ditadura de classe da burguesia e o domínio imperialista, embora ajustado às novas condições políticas em que uma fração da pequena burguesia negra se elevou por cima da miséria geral. A não resolução das tarefas democráticas (a exemplo da reforma agrária), bem como a completa impotência para dar resposta às necessidades mais elementares das massas oprimidas, estão na base da falência do nacional-reformismo panafricano, e da projeção da luta de classes.

A revolta instintiva das massas surge da necessidade objetiva de saírem em defesa de suas mais imediatas condições de existência, recorrendo a seus próprios métodos de luta. Embora os saques sejam anárquicos, desorganizados e espontâneos, resultando na posse individual dos produtos, não deixam de ser expressão coletiva do desespero. São essas condições favoráveis para que a vanguarda com consciência de classe desenvolva as reivindicações vitais, que confluem para conformar o programa emergencial próprio dos explorados, por meio do qual os explorados se aproximarão da estratégia revolucionária. A tarefa é a de dar expressão organizada aos instintos de revolta, gestados pelas necessidades elementares. Nessas condições, se irá forjando o partido marxista-leninista-trotskista que liderará a maioria nacional negra pelo caminho de sua verdadeira emancipação nacional, social e política, que é a da revolução e ditadura proletárias. Em defesa da vida da maioria oprimida, fim da repressão assassina. Abaixo o governo sangrento de Ramaphosa!

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



**R\$ 35**

**ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS**

## Irã

OPERÁRIOS PETROLEIROS DEFLAGRAM GREVE

# Luta de classes e crise do regime teocrático

Mais de 120 operários terceirizados da indústria petrolífera do país realizaram manifestações e greves, paralisando total ou parcialmente mais de 100 empresas, exigindo aumento de salários, de acordo à elevação da inflação (50%, em 2020), melhoria nas condições trabalhistas, fim dos contratos precários, planos de saúde e liberdade de expressão e associação sindical. As ações foram organizadas e coordenadas por Comitês de Greve, criados em assembleias, uma vez que a burocracia sindical, fortemente atrelada ao regime, tem por conduta abortar as tendências grevistas. Diversos sindicatos operários manifestaram seu apoio às medidas.

A greve foi deflagrada em 19 de junho, mesmo dia em que as massas rejeitavam compactuar com a farsa eleitoral (70% da população se absteve de votar), arranjada para escolher o candidato preposto do regime. Confluíram-se, assim, a rejeição das massas às eleições fraudulentas, e as tendências grevistas do mais importante destacamento operário do país. Trata-se da revolta instintiva e nacional dos explorados contra a casta teocrática e a oligarquia burguesa, que se apossou do poder após Revolução, e que, agora, trilha a via das contrarreformas antinacionais e antio-perárias, ditadas pelo capital financeiro aos governos do mundo todo, visando a descarregar as consequências da desagregação capitalista sobre as massas.

Trata-se da maior greve do setor, desde 1978, quando a greve nacional dos operários do petróleo viria a convergir com a insurreição popular, que derrubou o regime monárquico e pró-imperialista do Xá Mohammad Reza Pahlavi, abrindo caminho à Proclamação da República Islâmica do Irã, que expropriaria e nacionalizaria a indústria de extração e refino de petróleo e gás – a mais importante riqueza natural, e principal fonte de divisas do país.

Com o curso da desagregação capitalista, que ganhou novas proporções, após a eclosão da crise de 2008, o regime teocrático passou progressivamente a desmontar parte da propriedade estatal, entregando-as, em concessão, às multinacionais e às frações da oligarquia burguesa nacional, que passaram a explorar parte das reservas, e a controlar o refino de petróleo e gás. Bem como a aplicar as contrarreformas trabalhistas e reduzir salários, atendendo aos interesses dos monopólios,

especialmente europeus e russos, e aos da própria oligarquia burguesa iraniana e da burocracia religiosa-militar, que parasitam o Estado.

O fundamental está em observar a mudança no conteúdo e nas relações de classe das manifestações e mobilizações das massas. Em 2009, a classe média, particularmente intelectuais e profissionais da pequena burguesia urbana, realizaram massivas manifestações, exigindo reformas democráticas, civis e políticas. Entretanto, foram esmagadas pela repressão e acabaram, assim, refluindo. Em 2017 e 2019, explodiram inúmeras greves e manifestações, que se uniram nas ruas com o movimento contra o regime. O que refletiu no país a luta de classes mundial, marcada pela ascensão de lutas e levantes operários e populares contra os governos que aplicavam as contrarreformas, e desnacionalizavam, descarregando, portanto, a derrocada econômica do capitalismo sobre os explorados.

A greve dos operários terceirizados da indústria petrolífera demonstra de forma clara que as eleições de 19 de junho não conseguiram abortar as tendências de luta dos oprimidos. O regime teocrático é impotente para dar solução efetiva às necessidades mais imediatas das massas. O que exige atacar a propriedade privada, retomar o controle completo de todo o processo de extração, refino e comercialização do petróleo e o gás, bem como seus derivados, e, especialmente, elevar as condições de vida do operariado e das massas populares. Eis por que permanecem presentes as tendências grevistas e de levantes que passam a se chocar com a burguesia imperialista, a oligarquia burguesa iraniana e a casta teocrática que controla a economia e política no país.

Essas condições são favoráveis para a vanguarda com consciência de classe avançar no trabalho de erguer o programa próprio dos explorados, em oposição ao parasitismo da casta governante e à opressão burguesa, defendendo os métodos da luta que permitem avançar no campo da independência política do proletariado, e unificar as massas oprimidas do país por trás da estratégia e programa revolucionários. O que exige lutar para dar passos no objetivo de resolver a crise de direção, construindo o partido marxista-leninista-trotskista, como seção da IV Internacional.

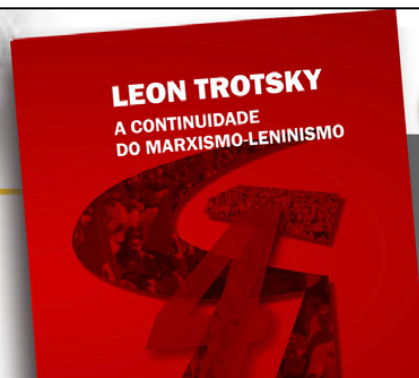
Publicado o livro:

**LEON TROTSKY**

**A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO**

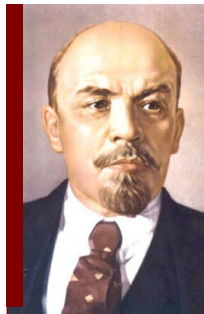


Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato".



R\$ 35

ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR



## Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal *Massas* anterior, demos continuidade à exposição das posições de Lênin sobre os perigos da divisão do partido, diante da Oposição Operária, que resistia à implantação das medidas de reconstrução da grande indústria, e de resposta à questão camponesa. Lênin indica que a luta contra a burocratização crescente nas organizações soviéticas teria de ser travada, mas não com a política e os métodos do anarco-sindicalismo.

Nesse embate, Lênin desenvolve a crítica concreta a um ponto fundamental que se encontra no folheto de Kollontai. Faz a seguinte referência: *“Na página 25, a camarada Kollontai escreve, e este é um dos pontos fundamentais das teses da ‘Oposição Operária’:*

*A organização da direção da economia nacional corresponde a um Congresso de toda a Rússia de Produtores, organizados em sindicatos industriais e comerciais, que elegerão o órgão central para dirigir toda a economia nacional da República.*

*Esta é a mesma tese da ‘Oposição Operária’, que citei em todos os casos na discussão interna e na imprensa. Devo dizer que, depois de lê-la, não me dei o trabalho de ler o restante, porque seria perda de tempo, uma vez que essa tese deixa bem claro que essa gente chegou ao extremo, que é um elemento pequeno-burguês, anarquista. Agora, à luz dos acontecimentos de Kronstadt, torna-se ainda mais estranho ouvir essa tese”.*

Lênin se reporta ao II Congresso da Internacional Comunista, realizado entre 19 de julho e 7 de agosto de 1920, em que se discutiu e se aprovou uma resolução sobre o papel do Partido Comunista, na condução da ditadura do proletariado. As teses da Oposição Operária estavam em franca contradição com a referida resolução. A gravidade da negação do Partido Comunista como dirigente se refletia diante do fato de que a indústria se achava arruinada, e boa parte dos operários havia abandonado as fábricas e se refugiava no campo. Não se poderia desconhecer que a decomposição do proletariado e, conseqüentemente, o surgimento tendências anarquistas pequeno-burguesas, se deviam a causas econômicas.

Não se podia combater a direção do Partido Comunista, sem que se abrisse caminho à contrarrevolução. Lênin explica: *“A experiência de todas as nossas calamidades nos diz o quanto é difícil lutar contra elas. Depois de dois anos e meio de poder soviético, afirmamos, diante de todo o mundo, na Internacional, que a ditadura do proletariado não se edificaria, a não ser por meio do Partido Comunista. Então, os anarquistas e sindicalistas nos atacaram raivosamente e disseram: veem, isso é o que pensam, necessita-se de um Partido Comunista para que funcione a ditadura do proletariado (...) e depois de tudo isso aparecem pessoas ‘com consciência de classe e com coesão de classe’, e nos dizem que ‘a organização da direção da economia nacional corresponde a um Congresso de toda a Rússia de Produtores’”.*

Assim, Lênin demonstra que a defesa de uma direção da economia baseada em um *“Congresso de toda a Rússia de Produtores”*, que elegeria um órgão central, se voltava claramente contra a direção do Partido Comunista. Desfaz a confusão de que um *“Congresso de toda a Rússia de Produtores”* estaria de acordo com as formulações de Engels. Eis a resposta: *“Engels fala de*

*uma sociedade comunista. Nela, não haverá classes, haverá somente produtores”.* Não é, portanto, o caso da União Soviética, que se encontrava em um momento difícil do processo de transição do capitalismo ao socialismo. A luta de classes permanecia e era dura, então, *“falar de um ‘Congresso de toda a Rússia de Produtores’ não é senão um desvio sindicalista que deve ser, categórica e irrevogavelmente, condenado?”.* Nessas condições, *“um ‘Congresso de toda a Rússia de Produtores’ não é uma ideia marxista, comunista”.*

No *“Projeto Preliminar de Resolução do X Congresso do Partido Comunista Russo sobre os desvios sindicalista e anarquista em nosso partido”*, Lênin sintetiza em dois aspectos a essência do erro: *“Primeiro, o conceito ‘produtor’ engloba o proletário, o semi-proletário e o pequeno produtor de mercadorias, afastando-se assim radicalmente do conceito fundamental da luta de classes, e da exigência de estabelecer uma precisa distinção entre as classes. Segundo, orientar-se para as massas apartidárias ou flertar com elas, como está implícito na tese citada, é um afastamento igualmente radical do marxismo”.* E conclui: *“O marxismo ensina (...) que somente o partido político da classe operária, isto é, o partido comunista, é capaz de unir, educar e organizar uma vanguarda do proletariado e das massas trabalhadoras, que é a única capaz de opor-se às inevitáveis vacilações das massas pequeno-burguesas, às inevitáveis tradições e reincidências no estreito sindicalismo ou nos preconceitos sindicais, entre o proletariado, e de dirigir o conjunto das atividades unidas de todo o proletariado, isto é, de dirigi-lo politicamente e, por seu intermédio, ao conjunto das massas trabalhadoras. Sem isto, a ditadura do proletariado é impossível”.*

No *“Informe sobre a unidade do partido e do desvio anarco-sindicalista”*, Lênin reforça a necessidade de ter sempre claro e presente a definição de proletariado como classe dirigente. Demonstra que o desvio sindicalista e anarquista apaga o lugar estratégico do proletariado. Eis: *“Marx e Engels lutaram implacavelmente contra aqueles que se esqueciam das diferenças de classe e falavam de produtores, do povo, ou dos trabalhadores em geral. Quem tenha lido Marx e Engels recordará que, em todas suas obras, ridicularizam aqueles que falam de produtores, do povo, dos trabalhadores em geral! Não existem trabalhadores em geral; existem, ou pequenos proprietários, que possuem os meios de produção, e cuja mentalidade e hábitos são capitalistas – e não podem ser outros –, ou trabalhadores assalariados, cuja mentalidade é completamente diferente, trabalhadores assalariados na grande indústria, que estão em contradição antagônica com os capitalistas, e na luta contra eles”.*

Como se pode constatar, no transcurso da luta de Lênin contra as posições errôneas da Oposição Operária, a sua expulsão se deu por razões essencialmente programáticas. A ruptura com o programa, portanto, com o princípio da ditadura do proletariado e a concepção do partido marxista, tornou inviável a permanência dessa tendência anarco-sindicalista no interior do Partido Comunista. É nesse estrito sentido, e nas condições particulares do enfrentamento à economia arruinada, que o X Congresso também proibiu, provisoriamente, o direito de fração.

*(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXXV, Akal Editor)*